

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TÊXTIL E MODA

MARIA CRISTINA TAVARES LACERDA MANSUR PAIXÃO

**Moda e economia solidária: um estudo sobre empreendimentos econômicos
solidários da área têxtil e de moda em São Paulo**

São Paulo

2019

MARIA CRISTINA TAVARES LACERDA MANSUR PAIXÃO

**Moda e economia solidária: um estudo sobre empreendimentos econômicos
solidários da área têxtil e de moda em São Paulo**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora 08 de outubro de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:
Projeto de Têxtil e Moda

Orientador:
Prof. Dr. Antonio Takao Kanamaru

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8- 4936

Paixão, Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur

Moda e economia solidária: um estudo sobre empreendimentos econômicos solidários da área têxtil e de moda em São Paulo / Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão ; orientador, Antonio Takao Kanamaru. – 2019

84 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Moda - São Paulo. 2. Indústria têxtil - São Paulo. 3. Economia solidária. 4. Sustentabilidade. 5. Inclusão social. 6. Rede Costura Solidária SP. I. Kanamaru, Antonio Takao, orient. II. Título.

CDD 22.ed. –. 391.0098161

Nome: PAIXÃO, Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur.

Título: Moda e economia solidária: um estudo sobre empreendimentos econômicos solidários da área têxtil e de moda em São Paulo.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda.

Área de concentração:
Projeto de Têxtil e Moda

Aprovado em: 08 / 10 / 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Newton Armani de Souza
Universidade Federal de Goiás. Escola de Música e Artes Cênicas.

Profa. Dra. Maria Cecilia Loschiavo
Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Profa. Dra. Sonia Maria Portela Kruppa
Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação.

Para Alcides Gobiras Lacerda.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Antonio Takao Kanamaru, pela paciência e sabedoria ao longo das orientações, sempre disposto a responder meus questionamentos em economia solidária.

Ao Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda – EACH/USP-Leste e a todos os professores que contribuíram para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Aos professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, Prof. Dra. Maria Cecília Loschiavo e Prof. Dra. Tatiana Sakurai, pela paciência e avaliações fundamentais.

À Professora Izabel Sabatier Faria, pela disposição e conselhos que me fizeram tomar a decisão de prestar o processo seletivo.

À Raphael Finelli Fabeni, pela compreensão, momentos de distração e pela parceria.

À Hector Albertazzi, Anna Boni e Marcelo Boni Albertazzi, por toda a compreensão ao longo desses quase três anos de mestrado.

Aos colegas de mestrado Bruno Furtado, Tamires Moura e Samantha Pereira, pelos momentos compartilhados.

À minha família Eileen Maria Tavares Lacerda Paixão, Romildo José da Paixão e Rafael Tavares Lacerda Paixão, pois sem eles nada seria possível.

Meus agradecimentos especiais à rede Costura Solidária SP e ao Núcleo de Trabalho e Arte, por terem me recebido de forma tão acolhedora.

“Então eu termino aqui, voltando ao título da minha fala: solidários, sim, mas nós não podemos perder – tanto do ponto de vista da sociedade, quanto do ponto de vista do Estado – o papel da combatividade que o movimento tem que ter, que é levar às pessoas a consciência de que há uma saturação das atuais relações sociais que precisam, sim, de alternativas.”

(HADDAD, 2005, p. 27)

RESUMO

PAIXÃO, Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur. **Moda e economia solidária**: um estudo sobre empreendimentos econômicos solidários da área têxtil e de moda em São Paulo. 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão Corrigida.

O estudo explora a economia solidária na indústria têxtil e de confecção em São Paulo. Aborda-se a realidade social da mão de obra na indústria têxtil e de moda, em que trabalhadores em oposição ao modo de produção dominante organizam-se de forma autogestionária, com o objetivo de gerar trabalho e renda com autonomia e desenvolvimento e, desse modo, buscar a superação de adversidades relacionadas ao fenômeno da exploração e exclusão, processo geral conhecido como economia solidária. Apresenta-se relevante observar como empreendimentos econômicos solidários de confecção operam. Propomos assim estudar e analisar esse modelo de produção e a realidade desses empreendimentos econômicos solidários de confecção na área têxtil e de moda brasileira, a partir da revisão da literatura e análise feita por meio de observação de campo. Procuramos demonstrar a relevância da organização solidária para o desenvolvimento econômico, social e sustentável na área têxtil e de moda, no crítico contexto social brasileiro.

Palavras-chave: Economia solidária. Moda. Sustentabilidade. Comércio justo. Inclusão social.

ABSTRACT

PAIXÃO, Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur. **Fashion and solidarity economy**: a study on solidarity economic enterprises in the textile and fashion area in São Paulo. 2019. 84 p. Dissertation (Master of Science) – Graduate Program in Textile and Fashion, School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected version.

This study addresses the social reality of the workforce in the textile and fashion industry, in which workers, as opposed to the dominant mode of production, organize themselves in a self-managed manner, with a view to generating work and income with autonomy and development, overcoming thereby the adversities related to the phenomenon of exploitation and exclusion, a general process known as solidarity economy. Thus, we propose to study and analyze this production model and the reality of these solidarity enterprises in the textile and fashion industry, according to the literature review and field observation. Based on our results and analysis, the present study aims to demonstrate the relevance of the solidarity organization for the economic, social and sustainable development in the textile and fashion industry, amidst the critical Brazilian social context.

Keywords: Solidarity economy. Fashion. Sustainability. Fair trade. Social inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Membros da rede Costura Solidária SP.....	53
Figura 2 – Reunião geral da rede Costura Solidária SP.....	54
Figura 3 – Membros da rede de diferentes empreendimentos produzindo.....	57
Figura 4 – Espaço utilizado na Incubadora.....	62
Figura 5 – Espaço Nutrarte.....	63
Figura 6 – Biblioteca suspensa.....	67
Figura 7 – Exemplo de camiseta com estampa pintada à mão.....	69
Figura 8 – Quadro com desenhos e instruções de máquina de costura.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Condução das entrevistas.....	47
Quadro 2 – Quadro-síntese das principais atividades de campo.....	48
Quadro 3 – Notações de transcrição.....	49
Quadro 4 – Quadro-síntese das principais potencialidades.....	72
Quadro 5 – Quadro-síntese de principais desafios em superação ou superados.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
EES	Empreendimentos econômicos solidários
ES	Economia solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
Nutrarte	Núcleo de Trabalho e Arte
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SMTE	Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS.....	19
1.2	PROBLEMA FUNDAMENTAL.....	21
1.3	OBJETIVO GERAL.....	21
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
1.5	JUSTIFICATIVA.....	22
1.6	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	23
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	25
2.1	DESIGN, SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	25
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA: O QUE É E POR QUÊ?.....	33
2.2.1	Fundamentos e práticas.....	33
2.2.2	Histórico e desenvolvimento da economia solidária no Brasil	38
2.2.3	Empreendimentos econômico-solidários do setor têxtil.....	41
3	MÉTODO DE PESQUISA.....	44
3.1	INTRODUÇÃO.....	44
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	44
3.3	ETAPAS DA PESQUISA.....	45
3.3.1	Etapa 1: pesquisa bibliográfica.....	45
3.3.2	Etapa 2: pesquisa documental.....	45
3.3.3	Etapa 3: estudo de campo.....	46
3.4	FORMA DE ANÁLISE DE RESULTADOS.....	48
4	EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS NO SETOR DE CONFECÇÃO: ANÁLISE DE DADOS.....	50
4.1	COSTURA SOLIDÁRIA SP.....	50
4.1.1	Aspectos econômico-organizacionais.....	54
4.1.2	Aspectos pedagógicos solidários na produção.....	60
4.2	COSTURAMENTE.....	62
4.2.1	Aspectos econômico-organizacionais.....	64
4.2.2	Aspectos pedagógicos solidários na produção.....	66

5	DISCUSSÃO: ANÁLISE – A COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA COMO GERADORA DA INCLUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO GERAL.....	72
5.1	CONTRIBUIÇÕES E INOVAÇÕES.....	72
5.2	DESAFIOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

O mundo da produção e cultura têxtil e de moda abrange áreas de estudo de diferentes setores, sendo elas da sociologia, antropologia e economia. Representa uma das maiores indústrias da economia mundial. É importante lembrar que o processo pelo qual o fenômeno da moda acontece é amplo, abrangendo desde o plantio de sementes, o mundo dos desfiles de moda até a venda e consumo para o cliente final (BERLIM, 2012).

Segundo Rezera (2012), o setor de confecção tem se destacado nos últimos anos por seu crescimento, consequência da grande variedade de produtos e pela flexibilidade de produção por meio da globalização.

Tais práticas são comuns hoje devido à forte concorrência internacional na produção e distribuição do produto, além do desenvolvimento e aumento da oferta de produtos, correspondente ao uso da moda como fator preponderante na vida social atual, o crescimento das *fashion weeks*, e a aposta em novas tecnologias nas fibras tem agregado valor aos artigos que atendem a todas as classes sociais, desde os de baixa qualidade aos produtos elitizados – disponibilizados em supermercados, magazines populares e de luxo. (REZERA, 2012, p. 104).

Segundo o documentário *The True Cost* (2015), a indústria de moda global movimenta financeiramente em torno de três trilhões de dólares anualmente. A produção globalizada se identifica principalmente quando a produção de mercadorias é terceirizada e distribuída em escala para economias voltadas ao consumo de produtos de custo reduzido, devido aos baixos salários dos trabalhadores. Este modelo concorrencial de produção prevê cortes de gastos. Em diferentes países, podemos observar o desrespeito às medidas de segurança de edifícios que alojam confecções locais que tentam sobreviver pela lógica da competitividade crescente. Essas confecções, em alguns casos, recebem poucas condições e incentivos para mudar, sendo um dos pontos na cadeia de moda em que as margens de lucro são baixas. Os direitos humanos, o meio ambiente e os direitos trabalhistas nem sempre são respeitados, levando ao empobrecimento de contingentes de trabalhadores precarizados.

O surgimento do modelo *fast fashion*¹ colabora de forma decisiva para o aceleração do mercado consumidor de moda. Ao se ofertar produtos descartáveis por preços baixos, grandes varejistas procuram persuadir via publicidade seus clientes de que estão oferecendo uma troca comercial favorável. Compram-se mais de oitenta bilhões de novas peças de roupas todos os anos, cerca de 400% a mais do que há apenas duas décadas (The True Cost, 2015). O *fast fashion* apresenta inúmeras coleções por ano, mantendo novos produtos entregues no varejo a cada semana, mudando a forma como as roupas são compradas, vendidas e produzidas. No entanto, consumidores podem não ter conhecimento do processo econômico, social e ambiental, negativo, na indústria dominante têxtil e de moda.

Cada vez mais as grandes empresas, que frequentemente comandam a cadeia têxtil-vestuário mundial, excluem as atividades produtivas propriamente ditas e focam suas atividades e seus esforços nos ativos intangíveis como marca, desenvolvimento de produto, design, marketing, canais de distribuição e comercialização. São estes ativos que garantem maior comando e a maximização dos ganhos da cadeia. Uma forma desta separação ocorre por meio do deslocamento das atividades produtivas para regiões/países onde o custo do trabalho é menor, sobretudo no segmento de vestuário (intensivo em trabalho). Este deslocamento da produção pode ser via investimento direto ou por meio de subcontratação, caso mais frequente e crescente (BENTO, 2008, p. 57).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2016) define-se como setor têxtil, de vestuário, couro e calçados como uma indústria caracterizada por rápidas mudanças impulsionadas pelo mercado e que oferece oportunidades de emprego para milhões de trabalhadores em todo o mundo, com grande potencial para contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, observamos que a produção em geral é terceirizada para fornecedores de serviços em diferentes países, o que reduz custos para as grandes corporações, elevando os seus lucros. A realidade social contraditória permanece mesmo entre as indústrias mais intensivas em mão de obra, apesar dos avanços na tecnologia e do conhecimento dos direitos nas práticas éticas de trabalho.

Em geral, o consumidor preocupa-se com a busca pelo menor preço, sem ter conhecimento, seja por falta de interesse ou de informação, da forma real de

¹ *Fast fashion* é o termo utilizado para designar a renovação constante das peças comercializadas no varejo de moda. Surgiu no final dos anos 90, utilizada pela imprensa para identificar a atualização cada vez mais rápida dos produtos de moda nas grandes varejistas (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2015).

como a produção de itens como os de vestuário ocorre. Este hábito facilita a existência do trabalho análogo ao escravo. A Associação Mundial contra o Trabalho Escravo (ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL, [s.d]) define a escravidão moderna como trabalho forçado, por meio de coação ou ameaça mental e física: trabalhadores controlados por empregadores por meio de abuso mental ou ameaça de abuso; indivíduos tratados como mercadorias e vendidos como propriedades; e até mesmo pessoas com restrições de livre circulação. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2016) estima-se que mais de vinte milhões de pessoas sejam vítimas, sendo que dezenove milhões são exploradas por empresas. O trabalho forçado gera cerca de 150 bilhões de dólares em lucros ilegais por ano.

As consequências da produção e consumo sem precedentes se revelaram emblematicamente na área têxtil e de moda quando um prédio conhecido como *Rana Plaza* desabou em abril de 2013, após seus representantes ignorarem advertências quanto ao comprometimento da estrutura do edifício, localizado em Dhaka, capital de Bangladesh, onde se concentra a maior parte das fábricas têxteis e de moda no país. Nele se alojavam quatro fábricas de vestuário independentes, com cerca de cinco mil empregados. Aproximadamente 1130 funcionários faleceram devido ao acidente (The True Cost, 2015).

Segundo reportagem da corporação BBC News (2013), no sudeste da Ásia, inúmeras dessas operações existem sem cumprir os requisitos mínimos de segurança, abrigando menores de idade que trabalham na linha de confecção de roupas e terceirizando seus serviços para obter custos menores e entrega rápida. As atividades podem ser simples, como a aplicação de aviamentos do tipo botões, zíperes, entre outros. Os itens de vestuário retornam então para a fábrica contratante sem que os compradores tenham conhecimento dos detalhes desse processo. Apesar de alegar a intenção de melhora das condições de trabalho no país, o governo de Bangladesh teme as consequências para milhões de indivíduos que dependem da indústria para garantir renda.

Nações em desenvolvimento anseiam pelos negócios ofertados por multinacionais e, devido à ameaça constante de mudança da produção para outros países, governos mantêm incentivos fiscais e políticas salariais conservadoras e evitam diariamente a execução das leis de trabalhos locais. Apenas seis meses antes do desabamento do *Rana Plaza*, um incêndio matou cerca de cem

empregados da fábrica de vestuário *Tazreen Fashion*. A explosão da fábrica *Ali Enterprises* tirou a vida de mais de 254 pessoas em setembro de 2012, no Paquistão (BBC NEWS, 2013).

É possível observar movimentos, campanhas e iniciativas que buscam denunciar os prejuízos socioambientais causados pelo setor de moda, como o *Fashion Revolution*, *Fairtrade Foundation*, *Fashion Positive* e *Eco-age*. Esses movimentos e consumidores conscientes, com a ajuda das mídias e redes sociais, pressionam marcas e empresas do setor para que mudem suas atividades comerciais e produtivas. Para Rezera (2012), no entanto, essa conscientização demanda ainda mais dos consumidores.

O consumidor tende a ficar cada vez mais atento e com acesso à informação; torna-se crítico quanto a procedência do que vai comprar, prazo de validade etc. Mas ainda é um caminho longo a ser percorrido, uma vez que o preço e a facilidade de pagamento promovido por cartões próprios das lojas permitem a compra fidelizada e, para maior parte da população, a classe C, ainda é importante o acesso ao crédito e ao poder de compra, já que várias lojas de diversos segmentos, mas principalmente o do varejo de roupas e acessórios, oferecem esse produto e esse acesso para o consumidor. (REZERA, 2012, p. 109).

Camargo e Freire (2017, p.7) evidenciam a importância dos movimentos e iniciativas para “[...] dar suporte aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, encorajar a mudança de comportamento dos consumidores e promover discussões sobre a necessidade de transformação do sistema da moda.”. Além disso, ao entrar em contato com escolas e universidades, os movimentos propõem aos docentes e discentes repensar as práticas do design aplicadas e estudadas em suas instituições de ensino. Ainda segundo as autoras, é necessária a criação de novos modelos de negócio para que os modelos dominantes existentes se tornem obsoletos.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) (2018), a indústria têxtil e de moda possui quase duzentos anos no país, representando 16,7% dos empregos. O Brasil é o quinto maior produtor têxtil do mundo, com 27,5 mil empresas formais, com mais de 1,5 milhão de empregados diretos, sendo o segundo maior setor a gerar empregos. Segundo Berlim (2012), existe no Brasil um aumento de localização de confecções movidas por

trabalhadores emigrantes que vêm para o país com a promessa de condições de vida melhor e sem nenhum contrato de trabalho legal².

Nesse contexto, consideramos como hipótese a relevância do comércio justo e a economia solidária (ES) como conjunto de práticas socioeconômicas alternativas à realidade dominante geral e que visam a estabelecer relações entre produtores e consumidores baseadas concretamente em democracia social e cidadania. No SEBRAE (2016), considera-se que “[...] o Comércio Justo, Ético e Solidário atribui grande parte da miséria, da devastação ambiental e da massificação cultural do planeta, às relações comerciais injustas entre pessoas, empresas e nações.”. Portanto, trata-se de uma alternativa ao comércio tradicional, orientado por valores éticos, sociais e ambientais, visando ao desenvolvimento das comunidades locais por meio do trabalho (INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2010).

A economia solidária trata-se do modo de produção trabalhadora de resistência e oposição crítica ao modo de produção dominante. Embora com atuação em meio à realidade concreta das relações de mercado vigentes, baseia-se em princípios como a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Nesse processo, opõe-se à lógica da concorrência ao pautar-se no compromisso e política de valorização da responsabilidade solidária. Para Paul Singer (2002), a igualdade e a inclusão social necessitam que a economia fosse solidária em vez de competitiva, criada pela cooperação de seus participantes. Cada indivíduo é capaz de desenvolver uma atividade especializada, resultando em um produto ou serviço que só revela a sua devida utilidade quando completados por outros produtos e serviços (SINGER, 2002).

A cadeia produtiva têxtil e de moda é constituída de etapas produtivas e inter-relacionadas, abrangendo os estágios de produção da matéria-prima, fiação, tecelagem, acabamento, confecção e mercado (LUPATINI, 2004). Cada uma dessas etapas possui suas especificidades fundamentais para o desenvolvimento da fase seguinte, ou seja, todas possuem sua importância. Dessa forma, é preciso repensar o modo como a produção atual ocorre, pois ela pode explorar e desvalorizar o trabalho da mão de obra, principalmente nas confecções terceirizadas (KANAMARU; PAIXÃO, 2017).

² Vale destacar a pesquisa realizada pela Professora Danielle do Nascimento Rezera intitulado Gênero e Trabalho: Mulheres Bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010. Universidade de São Paulo, 2012. (REZERA, 2012).

Desse modo, procuramos abordar a relevância da economia solidária e do comércio justo na organização cidadã de empresas e, por extensão, na cadeia de produção têxtil e de moda solidárias, para o desenvolvimento social e a democratização das relações econômicas e sociais.

1.1 CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS

O desenvolvimento de delimitação temática da pesquisa se relaciona à observação do processo de terceirização na produção global na indústria têxtil e de moda, o chamado *global outsourcing*, em que itens de vestuário são confeccionados em países periféricos ou emergentes, em que há especialização tecnológica industrial e os custos são reduzidos, em vertiginoso *fast fashion*, possibilitando a distribuição, a comercialização desses produtos em grandes mercados a preços reduzidos e o lucro obtido pelo volume, em processo denominado economia de escala. No entanto, para que a redução de custos ocorra, direitos trabalhistas e políticas ambientais e fiscais podem se fragilizar, colocando homens, mulheres e até mesmo crianças e idosos em condições de risco, em casos de violação de direitos fundamentais.

Nesse cenário, há marcas que se posicionam contrariamente a esse modelo de produção e defendem práticas de comércio justo, com valorização do trabalho artesanal no processo de produção em confecções, caracterizado como *slow fashion*. A partir da observação dessa forma de resistência e oposição econômica e política e por meio do estudo focado na abordagem crítica proposta pela economia solidária, principalmente descrita e analisada por Paul Singer, buscamos revisar o tema do comércio justo, especificamente a distribuição e o consumo, para a inclusão também da produção, atualizando o tema com destaque ao protagonismo de seus sujeitos na criação e produção têxtil e de moda e não exclusivamente ao consumo. Procuramos investigar iniciativas na indústria de moda global baseadas em comércio justo, principalmente experiências relacionadas ao contexto brasileiro, com vistas a compreender os obstáculos encontrados por confecções de São Paulo e sucessos.

Historicamente, o aprofundamento da contradição social da exploração e exclusão na área têxtil e de moda pode ser observado desde a Revolução Industrial, em que o modo de produção se transforma drasticamente por meio do advento do uso de maquinário e fonte energética que substituem diretamente a força humana e

animal, mas a exploração humana e social permanece. Iniciativas surgem diante dessa contradição. Segundo Singer (2002), a experiência dos Pioneiros Equitativos de Rochdale pode ser compreendida como uma das raízes históricas modernas da economia solidária. Nela, o industrial Owen contribuiu para a organização de trabalhadores na forma de cooperativas de consumo, para a economia na aquisição de produtos básicos para a alimentação das famílias dos cooperados. Para Pires (2008), alfaiates sofreram grave processo de pauperização no processo inicial de industrialização. Desde o processo de crise dos anos 80 e a abertura indiscriminada de mercado, costureiros foram igualmente excluídos com a oferta crescente de produtos industrializados e descartáveis em grande escala.

Nessa perspectiva, em termos históricos destacamos na área têxtil e de moda, o primeiro caso considerado formalmente em economia solidária, a empresa Makerly, em São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, descrita por (SOUZA et. al., 2000), especializada em calçados. Sua falência decretada exigiu de seus trabalhadores assumir o protagonismo gestor, reivindicar o arresto da massa falida e iniciar a retomada da produção e da distribuição de calçados, mantendo-se empregados seus funcionários, que assumiram também a condição de cooperados e gestores simultaneamente.

Após conhecimento sobre o curso Capacitação em economia solidária, empreendedorismo e capacitação técnica em alimentação, artesanato e costura, oferecido gratuitamente como parte do projeto Economia Solidária SP como estratégia de desenvolvimento, relacionado à Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendimento (SMTE) em parceria com a UNISOL Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, na Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, destacamos o caso brasileiro da rede Costura Solidária SP, conjunto de empreendimentos de costura, e o caso do grupo CosturaMente. Ambos atuam cooperativamente segundo os princípios da economia solidária.

Por meio da participação em campo, procuramos analisar e compreender a resistência e a luta desses empreendimentos, sobretudo de mulheres trabalhadoras que demonstram as possibilidades de geração de trabalho e renda a partir da autogestão, baseada na experiência concreta e em princípios que valorizam humanamente seus participantes, em todo o processo econômico.

Propomos o objetivo de estudar e analisar organizações solidárias brasileiras, com foco em suas potencialidades e dificuldades, por meio da literatura disponível aliada ao trabalho de pesquisa em campo, com destaque aos casos referidos da rede Costura Solidária SP e grupo CosturaMente. O objetivo é compreender o potencial da inclusão social a partir da própria população trabalhadora, de seus ofícios e saberes populares para participar e contribuir para o desenvolvimento e democratização socioeconômica.

1.2 PROBLEMA FUNDAMENTAL

Diante do atual cenário econômico e social, torna-se necessário repensar as políticas estruturais e econômicas brasileiras, pois estas dificultam a inserção de cidadãos que vivem à margem da sociedade e do mercado de trabalho. Analisando a economia solidária como um modo alternativo de produção ao modelo concorrencial dominante, dentro da indústria têxtil e de confecção, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa:

Que potencialidades e dificuldades são identificáveis, do ponto de vista econômico-organizacional e produtivo das organizações Costura Solidária SP e CosturaMente, para sua atuação no mercado?

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo da pesquisa em questão reside em analisar, potencialidades e dificuldades sob os aspectos econômico-organizacionais e de produção relacionados às organizações rede Costura Solidária SP e grupo CosturaMente.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir da delimitação de nosso tema, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Realizar o estudo sobre a economia solidária, suas vertentes e atuação na indústria têxtil e de moda brasileira;

b) Analisar aspectos econômico-organizacionais e de produção de grupos de economia solidária, de casos de destaque no Brasil, entre eles, o da rede Costura Solidária SP e grupo CosturaMente.

1.5 JUSTIFICATIVA

Mudanças estruturais na indústria em geral e da área têxtil e de moda proporcionaram melhorias na produção, mas ao mesmo tempo geraram desequilíbrios e consequências sociais e ambientais. Entre os aspectos negativos, observamos problemas trabalhistas históricos, além da existência de casos de trabalho análogo à escravidão. Com os meios tecnológicos de comunicação e informação, casos locais são informados ao mundo com maior facilidade. Com isso, há condições de esclarecimento e a discussão coletiva entre pessoas e comunidades, propiciando a conscientização sobre tais contradições econômicas e culturais e, assim, mudanças paulatinas em culturas de produção e consumo acríticas ou mesmo autoritárias.

Nossa justificativa principal na proposição do tema e do objetivo da pesquisa repousa na consideração da necessidade de produção e distribuição na área têxtil e de moda, com vistas ao desenvolvimento e crescimento econômicos, à luz da justiça social, que a nosso ver, em hipótese, pode ser viabilizada por meio da teoria crítica e metodologia da economia solidária.

Propomos, nesse sentido, revisarmos a literatura da abordagem proposta, da história do design têxtil e de moda e conhecermos um dos casos mais significativos de organização solidária brasileira, denominada Costura Solidária SP, bem como do grupo CosturaMente do Núcleo de Trabalho e Arte.

Torna-se cada vez mais necessária a coleta de informações para esclarecimento de produtores e consumidores, sobre possibilidades alternativas de combate à exploração e à exclusão – e, principalmente o trabalho análogo à escravidão - para a inclusão social e cidadã.

A representação econômica crescente no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de empreendimentos autogestionários – cerca de 7% –, constitui evidência de sua relevância política econômica e democrática. Segundo o Sistema das Organizações das Cooperativas Brasileiras (SISTEMA OCB, 2019, p. 23) “[...] no que diz respeito ao ativo total e ao ingresso e receitas brutas, nossas cooperativas

também apresentaram bons resultados. Elas registram, respectivamente, R\$ 351,4 bilhões e R\$ 259,9 bilhões”. O cooperativismo gerou cerca de 18% a mais de postos de trabalho entre 2014 e 2018. Também foram injetados mais de R\$ 9 bilhões na economia por meio do pagamento de salários e benefícios de colaboradores. Nesse sentido, consideramos a importância do conhecimento e valorização de casos brasileiros e sua história. Dessa forma, pretendemos contribuir para a compreensão e importância da organização e das práticas de economia solidária e comércio justo para a formulação de programas de incentivo.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para compreender e discutir criticamente a abordagem do design têxtil e de moda, baseado na revisão da literatura, procuramos aprofundar a investigação por meio da pesquisa participante, para a compreensão da economia solidária e do comércio justo brasileiros, e para a descrição dos grupos Costura Solidária SP e CosturaMente, organizados em autogestão, na qual se conciliam as demandas de trabalho com os princípios da economia solidária.

Baseado nos resultados e na nossa análise, o primeiro capítulo acima apresenta a introdução da pesquisa, a caracterização geral, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa do estudo.

No segundo capítulo, apresentamos a revisão da literatura na qual abordamos o próprio design na indústria têxtil e de moda, as questões atuais do desenvolvimento sustentável, a economia solidária e o comércio justo, como problematização relacionada ao tema.

Inicialmente abordamos o design para a sustentabilidade com o objetivo de reavaliar seus significados na sociedade atual. No entanto, consideramos que a economia solidária surge como um modo de produção também voltado ao enfrentamento do desemprego e da precarização, na atualidade. Nesse modelo de organização e política, propõe-se um modelo de administração e trabalho no qual se centra a valorização do ser humano por meio da autogestão, da solidariedade, da cooperação, da educação e da capacitação permanentes. Ao abordarmos a atualidade dos problemas existentes nas relações trabalhistas, observamos ainda mais a importância de modos de produção e modelos que se opõem ao modelo dominante e procuram solucionar democraticamente os problemas existentes.

Em sequência são apresentados no terceiro capítulo a abordagem, o método e sua etapa atual, bem como as fontes primárias e os procedimentos básicos.

O capítulo quatro apresenta os resultados do estudo de campo com o caso da rede Costura Solidária SP e grupo CosturaMente.

No capítulo cinco apresentamos a análise desses resultados a partir das referências fundamentais.

Por fim, no capítulo seis apresentamos as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresentamos os resultados da revisão bibliográfica abordando historicamente o design quanto ao problema da exploração e exclusão na área têxtil e de moda, na perspectiva inicial do desenvolvimento sustentável e, nesse contexto, examinamos a opção pelo modelo proposto pela economia solidária.

2.1 DESIGN, SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Papanek (1971) define design como tudo o que os indivíduos fazem, pois o design é necessário para toda a atividade humana. Por meio de sua definição como um conjunto de ações dinâmicas - método, associação, uso, *telesis*, necessidade e estética -, o autor afirma que por muitas vezes o design atual satisfaz apenas desejos, especialmente aqueles elaborados e manipulados pela indústria, enquanto as necessidades genuínas do homem acabam sendo negligenciadas, por serem menos lucrativas. Em outras palavras, apesar de grandes avanços tecnológicos, a maior parte da população permanece excluída, assim como suas necessidades básicas são ignoradas. No entanto, a dimensão de tudo o que é projetado, fabricado e usado está nas consequências que esses objetos trarão para áreas diversas como a política, a saúde, a renda e a biosfera.

Papanek (1971) traz uma importante reflexão ao relacionar o *designer-planner* com quase todos os erros ambientais existentes. Ao realizar um projeto, o designer deve levar em consideração não apenas a satisfação do consumidor e o interesse de investidores. Devem-se ter em mente também as atividades que serão desempenhadas pelos trabalhadores que irão executar o projeto e os efeitos que pode trazer para a sociedade e o ambiente. Portanto, é de sua responsabilidade refletir ética e socialmente os efeitos e impactos do produto que lhe foi designado a conceber, projetar e desenvolver.

Ao olhar para o panorama global, nem sempre o design de qualidade é acessível por parte da população por razões econômicas históricas relacionadas à desigualdade. Em certos casos, torna-se luxo desfrutado por elites monetárias, tecnológicas e culturais (PAPANЕК, 1971).

Por vezes, designers que tentam desenvolver trabalhos para as populações de países subdesenvolvidos são acusados de projetar para a minoria.

Todos precisamos dos serviços e da ajuda de professores, médicos, dentistas, hospitais. Todos pertencemos a grupos especiais de necessidade, todos vivemos em um país subdesenvolvido e emergente, independentemente da nossa localização geográfica ou cultural. Todos precisamos de transporte, comunicação, produtos, ferramentas, abrigo e roupas. Devemos ter água e ar limpo. Como espécie, precisamos do desafio da pesquisa, da promessa do espaço, da realização do conhecimento (PAPANEK, 1971, p. 68, tradução nossa).

Nessa perspectiva, é necessário o design para a maioria. Isso impõe grandes responsabilidades éticas e sociais, de prevenção a efeitos socioambientais negativos gerados pela produção em escala. Como exemplo, o automóvel é paradigma da responsabilidade social discutível do design, pois desperdiça matérias-primas, polui o ambiente, e indicadores revelam que cerca de 50 mil pessoas por ano falecem em acidentes no Brasil (PAPANEK, 1971), sem considerar o número somado de outros países.

Bonsiepe (2012, p. 24) afirma que “O design tem uma função imprescindível que consiste em integrar a ciência e a tecnologia na vida cotidiana de uma sociedade com foco na interseção entre o usuário e o produto ou informação [...]”. Para o autor, o design sustentável não se limita apenas aos aspectos ambientais, mas deve considerar também a sustentabilidade social. Assim como o conceito da sustentabilidade, o conceito de design passou pelo processo de banalização a partir dos anos 1990, perdendo seu significado e sendo associado a aspectos apenas estéticos. Muitas vezes foi considerado até mesmo um instrumento para estimular o consumismo e aumentar os lucros. Na área de administração de empresas, por vezes, o design é considerado algo que agrega valor a um produto. Porém, o design é algo essencial a um produto (BONSIEPE, 2012).

Leonardo Boff (2012), p.ex., esclarece que, assim como o termo design, o termo sustentabilidade é um dos mais utilizados por governos, empresas e meios de comunicação para agregar valor a produtos e serviços ofertados no mercado. Nesse aspecto, o autor afirma que existe uma falsidade ecológica no uso da palavra para ocultar problemas e iludir o consumidor. É necessário, portanto, a reflexão crítica sobre o tema. Boff define sustentabilidade, em termos ecológicos, como tudo que é feito para que um ecossistema não decaia. Em outras palavras, trata-se dos procedimentos que permitam a proteção e a sobrevivência de um bioma, para que sempre possa se autoconservar.

Historicamente a noção de sustentabilidade surgiu a partir do manejo das florestas, atividade denominada silvicultura. A madeira foi uma das principais matérias-primas para o setor da construção durante a Idade Média. Em 1560, na Alemanha, surgiu pela primeira vez a palavra *Nachhaltigkeit*, que significa sustentabilidade, e a preocupação pelo uso racional das florestas. Posteriormente, em 1713, o termo se transformou em uma estratégia ao se constatar que o fim das florestas levaria à interrupção do crescimento e do lucro provindos dos fornos de mineração, que necessitavam de carvão vegetal. A preocupação com o replantio gerou a necessidade de criação da ciência da silvicultura. Dessa forma, a noção de sustentabilidade se manteve presente em escolas de silvicultura com o crescente interesse de estudantes em diferentes países.

Renovadamente, em 1970, o Relatório *Meadows* criado pelo Clube de Roma³ trouxe grandes discussões sobre a questão da sustentabilidade não apenas nos meios científicos, mas também nas empresas e sociedades (BOFF, 2012).

Por meio da Organização das Nações Unidas (ONU) realizou-se em 1972 a primeira reunião de chefes de estado na Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, na qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Em 1984 surgiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve seus trabalhos encerrados três anos depois. Em relatório *Nosso futuro comum*, ou Relatório *Brundtland*, surgiu a expressão desenvolvimento sustentável que “[...] implica satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades[...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1987, tradução nossa). A expressão passou a ser usada em documentos governamentais, projetos de empresariais e em discursos ambientalistas, internacionalizando-se (BOFF, 2012).

Em 1992, a Assembleia das Nações Unidas convocou no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Além dos documentos produzidos como o Programa Ação Global e a Carta do Rio de Janeiro, estabeleceu-se que os Estados deveriam cooperar para a preservação dos ecossistemas terrestres. Apesar do comprometimento dos países participantes, foi

³ Constituído em 1968, o Clube de Roma foi composto por cientistas, industriais e políticos, que tinham como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico, levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

constatado no Rio+5, realizado em 1997, que o empenho das nações foi insuficiente. Segundo Leonardo Boff:

Para os analistas ficava cada vez mais claro a contradição existente entre a lógica do desenvolvimento de tipo capitalista que sempre procura maximalizar os lucros às expensas da natureza, criando grandes desigualdades sociais (injustiças) e entre a dinâmica do meio ambiente que se rege pelo equilíbrio, pela independência de todos e pela reciclagem de todos os resíduos (a natureza não conhece lixo) (BOFF, 2012, p. 35).

A Cúpula da Terra sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento, também realizada pela ONU em Joanesburgo (2002), reuniu cientistas e representantes de 150 nações e grandes corporações. No entanto, o tema central acabou voltando-se para as decisões de nações desenvolvidas, apoiadas por empresas e países produtores de petróleo.

O Rio+20 marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que adotou diretrizes inovadoras sobre políticas de economia verde. Em 2015, em Nova York, ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Nesse encontro, os países da ONU definiram os novos objetivos de desenvolvimento sustentável como parte de uma nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). Hoje, o conceito de sustentabilidade é usado por empresas de maneira desvalorizada, pois acaba sendo empregado erroneamente (BOFF, 2012).

Boff (2012) afirma que é necessário criar um modo sustentável de vida alinhando as práticas humanas aos seus biomas, levando em consideração as pessoas, comunidades, cultura, política, indústria e a cidade em todos os níveis, sendo local, regional, nacional e global. Isto significa não aderir à tendência dominante de aplicar a sustentabilidade apenas às grandes nações. “Não é possível garantir a sustentabilidade de uma porção do planeta deixando de elevar, na medida do possível, as outras partes ao mesmo nível ou próximo a ele” (BOFF, 2012, p. 17). Em outras palavras, o desenvolvimento de uma nação não deve levar à exploração e prejuízo de outra.

Alguns países podem se expandir e se tornar autossustentáveis, porém outros só conseguem desenvolver-se em decorrência do reflexo dessa expansão. Papanek (1971) tece uma crítica dessa relação como uma maneira de trabalhar para as necessidades dos países subdesenvolvidos emergentes. Em alguns casos, o

designer é condicionado a projetar objetos supérfluos, para fabricação em um país periférico utilizando materiais e habilidades locais, para serem comercializados em países centrais. Critica o autor a reprodução voluntária ou involuntariamente praticada pelo designer da relação de subdesenvolvimento e dependência dos países periféricos.

Bonsiepe (2007) afirma que ao se considerar as consequências adversas da globalização, é possível prevenir em planejamento e responsabilidade ética em design, a exclusão social e a utilização sem limites dos recursos naturais. Essas consequências também são abordadas por Singer (2018), na área econômica. Ambos os autores também relacionam a globalização com a divisão internacional do trabalho.

Em geral, a balança comercial dos países que exportam mais do que importam tem um ganho líquido de empregos, assim como, ao contrário, temos uma diminuição quando importam mais. Já era observada pelo autor Singer (2018) a invasão de importados, sobretudo de proveniência asiática, que reduziram o tamanho do parque industrial brasileiro com expressiva diminuição de setores. Como resultado, percebe-se a exclusão em consequência do avanço das empresas capitalistas, por exemplo, quando grandes lojas de departamentos ou supermercados ganham espaço e substituem lojas e mercearias locais. Da mesma maneira, a competição externa proveniente da abertura dos mercados reestruturou as economias de forma global por meio da mudança da produção industrial para países em que direitos trabalhistas sofrem pressões, tornando a mão de obra extremamente barata. A exportação em larga escala de postos de trabalho levou os trabalhadores assalariados à exclusão social.

Nesse aspecto, podemos compreender o desemprego e a exclusão social como uma das preocupações contemporâneas em design. Para Bonsiepe (2012), a crise atual precisa de uma alteração no sistema dominante de produção e consumo, além de uma revisão do que se entende por desenvolvimento.

Sobre a exclusão social descrita por Papanek (1971) e Bonsiepe (2012), para Singer (2018), diferentemente, revela-se como uma consequência do capitalismo, em que esse sistema dominante cria uma dinâmica em que a economia, o principal eixo articulador e construtor das sociedades, transforma tudo em mercadoria, desde elementos vitais como a água e até mesmo os próprios indivíduos. Historicamente a crise econômico-financeira de 2008 agravou o

problema social já existente, colocando à margem da sociedade massas de desempregados crônicos e trabalhadores com baixos salários, os precarizados (BOFF, 2012).

Talvez melhor do que palavra desemprego, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu atual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo (SINGER, 2018, p. 24).

Na história moderna da classe trabalhadora, o termo fábricas de suor provém do inglês *sweatshop*⁴. Representa o local onde empregados trabalham sob condições insalubres e com salários extremamente baixos. Surgiu primeiramente na Inglaterra, quando a palavra *sweater* foi usada em 1850 para descrever um empregado que pratica um trabalho monótono e mal remunerado. Já o termo *sweating* tornou-se conhecido nos anos 1980, quando imigrantes do sul e leste europeu realizaram grande emigração em busca de melhores condições, mas enfrentaram a realidade crítica de postos de trabalho com baixa remuneração, nos Estados Unidos e na Europa Central. No século XX, em meio ao aumento da industrialização observou-se o surgimento de casos de *sweatshops*, ou fábricas de suor, em partes da América Latina e Ásia, uma tendência que se acelerou com o aumento da demanda de bens de consumo no ocidente e a diminuição de barreiras do comércio internacional (ENCICLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

Em *sweatshops* geralmente são observadas má remuneração, horas de trabalho excessivas e riscos à saúde. Favorecem o surgimento dessa contradição, condições sociais e econômicas de precarização como a presença de uma massa de trabalhadores não qualificados e desorganizados, incluindo crianças e inempregáveis; sistemas de gestão que negligenciam a ergonomia ou o fator humano no trabalho; a falta de responsabilização pelas más condições de trabalho ou a incapacidade ou negligência de governos em intervir em defesa desses trabalhadores. Essas condições negativas podem levar à exploração muitas vezes de mulheres, crianças e, no mundo desenvolvido, trabalhadores sem documentos ou

⁴ *Sweat* significa suor.

imigrantes e, inevitavelmente, à má qualidade do produto final (ENCICLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

No século XIX, as *sweatshops* eram comuns entre fabricantes de produtos como sapatos, sabão, charutos, flores artificiais etc. As condições eram piores nas grandes cidades, onde podiam ser escondidas em áreas de favelas. Apesar da revisão da legislação ter no século XX controlado a situação entre a maioria dos países desenvolvidos, tais condições críticas continuaram a existir em alguns países asiáticos, onde grande número de pessoas necessitava trabalhar de forma precarizada em ambientes domésticos improvisados e em pequenas lojas de fábrica (ENCICLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

Os fatores que contribuíram para o controle dessas fábricas no século XX incluem o aprofundamento das leis laborais nacionais americanas, as pressões exercidas pelos sindicatos, a influência política dos partidos trabalhistas, a consciência social decorrente do ativismo e, por parte da indústria, o reconhecimento da eficiência do trabalho de produção de fábrica, além do interesse crescente nas relações humanas. Em todo o mundo, a Organização Internacional do Trabalho tentou elevar o rigor das normas laborais nos países onde os *sweatshops* ainda são comuns. Ainda assim, as indústrias de vestuário e sapatos foram evidenciadas por jornais nos últimos anos, quando se descobriu que os produtos de populares marcas americanas eram produzidos em fábricas de suor de países em desenvolvimento (ENCICLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

Segundo Singer (2018), no Brasil, a legislação trabalhista perdeu força diante da precarização do trabalho. Os trabalhadores autônomos têm seus ganhos mediante a quantidade de serviços prestados, precisando trabalhar cada vez mais de modo a sustentar seus padrões de vida.

Na realidade, trata-se de dois processos em geral independentes: de um lado, empregados formais são despedidos, em função da desindustrialização, da globalização e do avanço tecnológico, sendo substituídos por máquinas ou por autônomos subcontratados, ou os produtos que estes empregados formais faziam são substituídos por importados. De outro lado, empregados são admitidos informalmente, seja por pequenas empresas ou famílias, seja por novas subcontratadas de grandes empresas, criadas muitas vezes especificamente com esta finalidade. Mas, mesmo independentes, o decréscimo do emprego formal e o crescimento do informal acabam operando em conjunto uma ampla mudança no mercado de trabalho. Se os empregados formais deixam de ser maioria dos ocupados e passam a se tornar uma minoria, seus direitos legais se tornam alvos de ataques como privilégios, cuja existência passa a

ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal (SINGER, 2018, p. 46).

Singer (2018), em sua análise posterior, *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*, considerou ainda, que

Não há maneira de fugir à conclusão de que o número de excluídos do mercado formal de trabalho tende a aumentar, como resultado de uma oferta crescente se cruzando com uma demanda em encolhimento. O Brasil, como outros países terá de reconstruir seu sistema de previdência social e legislação trabalhista partindo do princípio de que, no futuro, a maioria da população trabalhadora não terá contratos formais de trabalho para garanti-la. (SINGER, 2018, p. 112-113).

Boff evidencia a degradação da situação social e ecológica de se produzir, comercializar e consumir, sendo necessário “[...] um design diferente na nossa forma de pensar [...]” (BOFF, 2012, p. 15). Manzini, consultor de design na União Europeia, defende uma política do design para a sustentabilidade. A ONU como um todo revisa os objetivos da sustentabilidade e amplia o quadro para dezessete objetivos do desenvolvimento sustentável, para orientar programas específicos em nações. No entanto, observamos a maior complexidade dessa realidade em países periféricos em que a realidade social e histórica considerada por Singer e Boff tornam-se evidentes e os objetivos do desenvolvimento sustentável tornam-se distantes da realidade concreta.

Nesse sentido, Boff (2012) criticamente considera que em geral, a noção de desenvolvimento sustentável não é realmente aplicada, sendo mais aparente do que verdadeiro. No entanto, o autor não nega o empenho de países e empresas na busca da sustentabilidade. A dificuldade encontrada é em como aplicar as transformações necessárias, sendo que estas afetam os interesses financeiros de grandes potências.

O mesmo autor, em *O modelo da economia solidária: a microssustentabilidade viável* (BOFF, p. 60) considera a economia solidária como a política e o modelo de produção que mais coerentemente se aproxima do ideal do desenvolvimento sustentável na perspectiva de países periféricos e populações trabalhadoras, em oposição aos processos exploratórios e excludentes da economia e cultura dominantes, visto que o eixo de sua estrutura e desenvolvimento repousa nas necessidades humanas reais, na cooperação criadora para a emancipação

cidadã e a construção permanente de condições para o desenvolvimento social e a democratização.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: O QUE É E POR QUÊ?

2.2.1 Fundamentos e práticas

A economia solidária nasceu como consequência do capitalismo industrial e do empobrecimento dos artesãos. A Revolução Industrial causou a exploração sem limites do trabalho nas fábricas, mas industriais, como o britânico Robert Owen, começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Proprietário de um grande complexo têxtil em *New Lanark*, Grã-Bretanha, Owen limitou a jornada de trabalho e proibiu a contratação de crianças. Suas práticas tiveram consequências diretas na produtividade e lucros da empresa na primeira década do século XIX (SINGER, 2002).

Suas ideias e planos de construção de Aldeias Cooperativas⁵ para reinserir a população pobre na produção e geração de renda, apesar de rejeitadas pelo governo britânico, inspiraram seus discípulos a criar sociedades cooperativas por toda a parte. Uma delas surgiu em 1844 em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra. A cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale tornou-se a mãe de todas as cooperativas. Singer aponta os princípios adotados na cooperativa, que se tornaram fundamentais para o cooperativismo:

Adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados como os princípios universais do cooperativismo: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002, p. 40-41).

⁵ Owen elaborou um plano onde os fundos de sustento dos pobres seriam investidos em compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, onde cerca de 1200 pessoas trabalhariam na terra e em indústrias, produzindo sua própria subsistência (SINGER, 2002).

A economia solidária trata-se de um modo de produção não apenas alternativo, mas sobretudo de oposição crítica ao capitalismo. Tem como princípios básicos a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Singer relata sua origem como uma verdadeira revolução cooperativista, que tornou evidente a ligação dessa economia com a “crítica operária e socialista do capitalismo” (SINGER, 2002, p. 35).

Para o autor, o capitalismo é um modo de produção baseado na competição entre indivíduos, sendo empregado há tanto tempo que é considerado um movimento natural da economia. A competição ocorre até mesmo entre empresas, que lutam pelos melhores funcionários disponíveis. A economia e cultura capitalistas são baseadas nesse sentido, na concorrência, na centralização de decisões por sua cúpula e a concentração dos lucros.

Entre os fundamentos da economia solidária, em oposição, Singer (2002) destaca a solidariedade, a autogestão e a divisão de lucros. O autor defende que para que fosse possível uma sociedade igualitária, seria necessário que a economia fosse solidária, e não concorrencial, a partir da cooperação de seus participantes, organizados igualitariamente. Dessa forma, em uma cooperativa de produção - uma das formas de organização da economia solidária -, por exemplo, todos os sócios possuem a mesma parcela do capital, logo todos possuem direito em participar das decisões estratégicas para a cooperativa, participando do funcionamento de todos os setores da empresa.

Quanto à repartição de ganhos, na empresa solidária, os sócios realizam retiradas que podem variar de acordo com a receita, podendo ser iguais ou desiguais entre os sócios, mas sempre a partir de decisões coletivas. Por fim, a autogestão marca a diferença na administração de empresas de economias capitalista e solidária, sendo um empreendimento que pertence a todos os envolvidos. As decisões da empresa como remuneração, organização, produção, política, são tomadas em assembleias e reuniões, a depender do tamanho da organização (GONÇALVES, 2005). Para que ela aconteça, é necessário que todos os sócios tenham interesse sobre os acontecimentos da empresa e esse esforço adicional, segundo Singer (2002), constitui grande desafio para a aplicação da autogestão.

Para França (2002), a economia solidária possui a mesma origem da economia social. Ambas surgiram por meio do movimento associativista operário

européu no século XIX, que proporcionou experiências influenciadas pela cooperação e associação. Portanto o autor afirma que ambas são “[...] experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania.” (FRANÇA, 2002, p.13), porém na economia solidária trata-se de “[...] um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social” (FRANÇA, 2002, p.13). Em outras palavras, a noção de economia solidária é formada pelas características atuais da economia social.

Assim como Singer, França aponta que em economia solidária sugere-se um novo modelo de relacionamento entre sociedade e economia, ou seja, um novo modelo de sustentação da sociedade. Em economia solidária propõe-se o atendimento de problemas de um grupo local por meio da “elaboração coletiva de atividades econômicas” (FRANÇA, 2002, p. 14). A oferta - produtos/serviços prestados - vincula-se exclusivamente à demanda - necessidades vividas localmente -, sendo construídas em conjunto⁶.

Para Gonçalves (2005, p.1) os empreendimentos de economia solidária podem ser definidos como “[...] sociedades que desempenham atividades econômicas cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores que dela participam.” Podem ser divididos entre empreendimentos de autogestão - constituídos por meio de projetos sociais em comunidades periféricas - ou empresas de autogestão, criadas a partir de uma empresa anterior que veio a falir. Os empreendimentos costumam desempenhar atividades de serviço ou comércio como artesanato, agricultura, confecção, entre outros.

A economia solidária contraria tudo que está nos manuais de economia e de administração: teoricamente, ela não poderia existir. Suas escalas de produção são muito pequenas; a falta de capital leva a uma baixa produtividade; suas preocupações morais produzem deseconomias de todo o tipo: perda de oportunidades em função de escrúpulos e princípios ideológicos, processos produtivos de rendimentos limitados, utilização intensiva de mão de obra pouca qualificada. Os manuais não sabem que, na maioria das vezes, para os empreendimentos de economia solidária, essa conjuntura não resulta de uma escolha entre outras possíveis, mas sem que se trata da única alternativa para uma dada situação (CRUZ, 2010, p. 375).

⁶ A construção em conjunto da oferta e demanda, segundo França (2002) é contrária à lógica de economia de mercado (que as separa).

Em relatório⁷ do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016) o Mapeamento Nacional de Economia Solidária realizado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) identificou quatro formas de empreendimentos econômicos solidários (EES), porém apenas três serão contempladas neste estudo: associações, cooperativas e grupos informais. As sociedades mercantis não serão contempladas, pois representam menos de 1% dos formatos organizativos.

Fujita (2017) explica que tanto cooperativas quanto associações não possuem objetivo de lucro e praticam os fundamentos da solidariedade, autogestão e cooperação.

As associações, 60% dos EES mapeados, regulamentadas pela Lei nº 10.406/2002, são definidas como “[...] pessoas jurídicas de direito privado, com propósito de realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas, etc.” (FUJITA, 2017, p. 40). Voltadas para a produção, uso coletivo e consumo, essas organizações não distribuem excedentes entre seus associados. Em termos de atividade comercial, trata-se de organizações limitadas, pois, de acordo com o Código Civil Brasileiro, as associações não podem exercer atividades econômicas ou emitir nota fiscal de seus produtos.

A Lei nº 12.690/2012 descreve as cooperativas, 8,8% dos EES, como uma sociedade formada por trabalhadores “[...] para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho”. Trata-se de uma atividade com fins econômicos para seus associados, porém sem fins lucrativos. O IPEA (2016) sugere que este tipo de personalidade jurídica seria a mais recomendada para o exercício de atividades econômicas coletivas. Porém, os procedimentos burocráticos determinados pela Lei nº 5.764/1971 para a formalização de cooperativas no país acabam desmotivando os trabalhadores para regulamentar a organização, fazendo com que permaneçam como associações ou até mesmo na informalidade.

Os grupos informais, 30,5% dos EES, são formados por indivíduos que trabalham coletivamente para produzir, porém ainda não possuem as

⁷ Relatório Novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, 2016).

especificidades necessárias para se enquadrar nos modelos de economia solidária estabelecidos pela legislação por apresentarem características diferentes entre si. Os grupos informais não oferecem segurança econômica aos seus associados, porém proporcionam alternativas e oportunidades para trabalhadores que estão à margem do mercado (GAIGER, 2014). Segundo o IPEA (2016), esse tipo de organização e as associações também têm dificuldades para acessar financiamentos e programas de apoio do governo, o que ressalta a importância do desenvolvimento de projetos e assessorias específicos para esses tipos de EES, com o objetivo de atingirem os requisitos necessários para que se formalizem.

O Instituto alerta sobre o aumento de cooperativas de trabalho que não possuem compromisso com os ideais de solidariedade e autogestão, utilizadas para oportunizar a terceirização do trabalho em empresas e no setor público:

Essas cooperativas atuam de forma fraudulenta na intermediação de mão de obra, por isso são comumente chamadas de “cooperfraudes”, e não são raros os processos do Ministério Público do Trabalho contra os responsáveis por esses grupos. Tal fato é prejudicial ao cooperativismo, pois faz com que todas as cooperativas, inclusive aquelas autênticas, sejam malvistas pela justiça brasileira e por parte da população (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016, p. 21).

Apesar da Lei nº 12.690/2012 passar a garantir certos direitos aos cooperados não previstos pela Lei nº 5.764/1971⁸, como salário mínimo, seguro desemprego e férias remuneradas, ela não exclui a possibilidade da exploração da mão de obra por meio de terceirização do trabalho, um dos grandes problemas atuais da indústria têxtil e de moda que desrespeita os direitos humanos (FUJITA, 2017). Portanto, é importante esclarecer que este estudo tem como interesse analisar EES que seguem os fundamentos da economia solidária, solidariedade e autogestão.

⁸ O Art. 4º da Lei nº 5.764/1971 diz que a Cooperativa de Trabalho pode ser de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

2.2.2 Histórico e desenvolvimento da economia solidária no Brasil

De acordo com Singer (2002), o cooperativismo chegou ao como cooperativas de consumo na zona urbana e cooperativas agrícolas na rural. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) [s.d] afirma que a cultura do cooperativismo é observada no Brasil desde a época da colonização portuguesa, incentivada por funcionários públicos, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Em 1889, surgiu em Minas Gerais a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, voltada para o consumo de produtos agrícolas. Sua fundação estimulou o surgimento de outras cooperativas nesse e em outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito brasileira, a Sicred Pioneira em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, até hoje em atividade. As primeiras cooperativas agropecuárias surgiram em 1906, idealizadas por produtores rurais e imigrantes alemães e italianos. No Estado de São Paulo, a Cooperativa Agrícola Cotia fundada por imigrantes japoneses em 1927 e encerrada em 1994, chegou a atingir dez mil trabalhadores participantes (TANIGUCHI, 2015).

Exemplo de cooperativa na área artística e de design na cidade de São Paulo, em sua zona sul, no bairro Alto do Ipiranga, reside na Comunidade de Trabalho Unilabor. Claro (2004) esclarece que a Unilabor foi uma comunidade operária autogestionária constituída em torno de uma capela e de uma fábrica de móveis entre as décadas de 1950 e 1960. Apesar de ter se dissolvido em 1967, a fábrica contou com cerca de 100 funcionários, sendo reconhecida como uma empresa bem estabelecida e competitiva no setor.

É possível identificar a Unilabor como uma cooperativa de produção. Nesse aspecto, Singer (2002, p. 90) considera que “Cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos etc., que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados”. Aplicavam a democracia e a igualdade entre seus membros na administração da empresa, além de todos possuírem a mesma cota de lucros da cooperativa. Esse tipo de organização representa a economia solidária.

Claro (2004) define a Unilabor como uma experiência singular no Brasil, pois por meio dela foi possível produzir um conjunto de atividades educativas, culturais e de lazer graças à colaboração de artistas, educadores, intelectuais e empresários como uma tentativa de desalienar os operários. Essa característica está relacionada ao sétimo princípio universal do cooperativismo, o do empenho na educação cooperativa, ou seja, a cooperativa deve desenvolver sua própria educação (SINGER, 2002).

No caso da Unilabor, esse princípio foi aplicado por meio de atividades culturais voltadas para a comunidade local e do modelo de gestão e funcionamento da fábrica de móveis que aconteciam dentro do próprio empreendimento durante o horário de trabalho, interrompendo-se a produção. A cooperativa sediou palestras e debates envolvendo temas sociais, políticos e culturais (CLARO, 2004).

Apenas em 1969 foi criada a OCB, sendo registrada em cartório no ano seguinte. Por meio de um modelo autônomo voltado para suprir as necessidades de seus membros, houve a expansão das cooperativas no país. Paul Singer (2002) destaca as décadas de 1980 e 1990 como momentos em que a economia solidária reviveu no Brasil, graças à crise social em que o país se desindustrializou. O desemprego em massa e a exclusão social fez com que a economia solidária tomasse forma por meio de cooperativas e associações produtivas de diferentes modalidades, sempre autogestionárias.

A estruturação da ES também contou com o trabalho de iniciativas, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). Trata-se de entidades universitárias formadas por professores e alunos de diferentes áreas que ensinam cooperativismo e ES para grupos que desejam trabalhar em união, prestando também apoio técnico, organizacional e jurídico. Já a União e Solidariedade das Cooperativas de Estado de São Paulo vêm contribuindo ao longo dos anos na transformação de empresas em crise em verdadeiras cooperativas.

O Grupo Brasileiro de Economia Solidária, formado em 2001 no 1º Fórum Social Mundial, é constituído por diferentes instituições do segmento da economia solidária. Em 2002, o grupo solicitou ao governo a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária⁹ (SENAES) por meio de documento que especificava as diretrizes da ES. A Secretaria foi criada no ano seguinte, junto com o Fórum

⁹ Em 2019, a SENAES passou a ser um departamento do Ministério da Cidadania.

Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que apoia o movimento como perspectiva de desenvolvimento sustentável no país. Segundo o site (2012), o fórum envolve mais de três mil empreendimentos em 200 municípios.

Trata-se de espaços políticos estratégicos, que têm atuado de modo articulado. De um lado, a SENAES significa a conquista de reconhecimento e lugar no poder público, em nível nacional, com vistas à proposição, planejamento e execução de políticas públicas de fomento a iniciativas econômicas solidárias de crédito, produção, comercialização e consumo. De outro, o FBES representa o engajamento articulado, duradouro e em expansão de um movimento de trabalhadores em um fórum político, aberto e diverso, cujo um dos lemas é “outra economia acontece” (ANDRADA, 2013, p. 8).

Em 2017, foi aprovado o Projeto de Lei 4685 (TEIXEIRA et al., 2012) que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária do Brasil, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, dando apoio a crédito, produção, comercialização, educação e finanças solidárias independentes de gestões governamentais.

Dentro da economia solidária existe o comércio justo definido por Johnson (2004) como um conjunto de práticas socioeconômicas alternativas à estrutura da dependência, que estabelecem relações entre consumidores e produtores baseadas na equidade. Segundo o Instituto Marista de Solidariedade (IMS) (2010), o comércio justo nasceu no final dos anos 50, como um movimento social e econômico, com o objetivo de gerar benefícios aos produtores dos países do sul do mundo - países dependentes - que possuem desvantagens em relação aos mercados convencionais. São alianças criadas entre os produtores do Sul e consumidores do Norte que combatem a exploração de países subdesenvolvidos, promovendo a inclusão social e econômica de empreendedores que estão à margem do mercado.

Como exemplo de empresas voltadas para o comércio justo que questionam as consequências de um modelo construído em uma produção descuidada, é possível identificar a marca de moda *People Tree*. O projeto começou há quase 25 anos no Japão e considera o desenvolvimento social dos trabalhadores e o meio ambiente como algo absolutamente essencial para todas as etapas do processo de criação da coleção. Reconhecida pela indústria têxtil como pioneira em moda sustentável e ética, a empresa possui parceiras com produtores de comércio justo, sendo confecções, artesões e até agricultores de países em desenvolvimento para produzir suas coleções de moda ecológicas (The True Cost, 2015). Define-se como

uma marca *slow fashion*¹⁰, uma opção alternativa ao *fast fashion*, posicionando-se contra a exploração da mão-de-obra e a poluição ambiental. Os itens de vestuário são feitos de algodão orgânico e materiais sustentáveis, usando habilidades tradicionais¹¹ que apoiam as comunidades rurais (People Tree, 2017).

A empresa afirma seguir os princípios do comércio justo em todos os aspectos do negócio e todos os seus produtores e fornecedores trabalham dentro dos mesmos padrões. Foi a primeira no ramo de vestuário no mundo a receber a marca de produto *Fair Trade*. Dessa forma, o trabalho realizado dentro da empresa está ajudando a reduzir a pobreza nas comunidades mais marginalizadas do mundo, trabalhando em colaboração nos países em desenvolvimento para construir negócios viáveis que sustentem as comunidades.

Para isso, consideram-se os meios de subsistência das pessoas no início do processo de design, desde o momento em que uma peça de roupa é esboçada, analisando as maneiras de criar trabalho nos países em desenvolvimento. Quando o design de uma roupa é apresentado com duas maneiras de serem feitas, e um método requer mais mão de obra, como a tecelagem de mão, será selecionado esse método de produção. Por exemplo, ao adicionar bordados à mão para uma peça de vestuário, a *People Tree* pode fornecer renda para uma família.

A marca está comprometida com os princípios da Organização Mundial do Comércio Justo, e pretende ser uma empresa 100% de comércio justo em toda a cadeia de suprimentos. Atualmente, apoia 34 grupos de comércio justo em treze países em desenvolvimento usando habilidades manuais para fortalecer os meios de subsistência e capacitar mais de 4.500 produtores, que empregam cerca de quinze mil artesãos e agricultores (People Tree, 2017).

2.2.3 Empreendimentos econômicos solidários do setor têxtil

Os dados mais recentes encontrados sobre os EES no Brasil são de 2013, disponíveis em estudo realizado pelo SIES, que contabilizou um total de 19.708

¹⁰ Outra justificativa para o termo é o tempo para os produtores de comércio justo criar as roupas à mão. O processo de design começa mais de ano antes dos produtos serem disponibilizados para o cliente final. Dessa forma, os produtores têm tempo para criar produtos e pagar um salário justo para a mão-de-obra.

¹¹ Habilidades tradicionais como tecelagem e bordados fornecem meios de subsistência para artesãos em áreas rurais em todo o mundo.

empreendimentos distribuídos entre as regiões Nordeste com 40,8% dos empreendimentos, Centro-Oeste com 10,3% e Sul, Sudeste e Norte com aproximadamente 16% cada um. Mais da metade atua em áreas rurais, cerca de 54,8%, e cerca de 34,8% atuam em áreas urbanas, sendo que 10,4% possuem atividades em ambas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016). Do total de empreendimentos mapeados, 321 são classificados como organizações enquadradas na subseção Confecção de peças do vestuário. (SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

Em estudo publicado em 2003, Cruz-Moreira (2003) relata as trajetórias de quatorze cooperativas de confecção de vestuário no estado de São Paulo. Observa-se que a maioria atua como subcontratadas para outras empresas ou como empresas de produção informais que comercializam em mercados marginais. Estruturalmente, algumas estão mais inseridas no sistema capitalista atual, com desregulamentações trabalhistas. Outras buscam uma perspectiva socialista pela autonomia do trabalhador.

Em geral, são formadas por mulheres desempregadas ou que nunca trabalharam formalmente. As atividades das cooperativas muitas vezes limitam-se às atividades de costura, limpeza e acabamento. Algumas não chegam a desempenhar o corte de tecidos ou desenho original do produto final.

As empresas contratantes acabam realizando a gestão dos empreendimentos nos setores de negócios, design, comercialização, distribuição e, em alguns casos, supervisão e controle da produção. Não existem responsabilidades contratuais entre as contratantes e contratadas. Os empreendimentos acabam competindo entre si para ofertar o melhor preço. Os cursos de capacitação ofertados pelo governo e por ONGs ajudam os associados a aprender novas técnicas, porém esses não se sentem totalmente capacitados (CRUZ-MOREIRA, 2003).

Em estudo realizado entre 2007 e 2008 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos com vinte EES do setor de confecção, é possível observar que a maioria dos associados, cerca de 83,9%, é do sexo feminino. Sobre a pesquisa destacam-se aspectos como a inexistência de trabalhadores em regime de Consolidação das Leis do Trabalho. As associadas dos empreendimentos mencionam as dificuldades apresentadas pela formação técnica, pois consideram que o tempo que gastam durante as oficinas poderia ser mais bem

aproveitado na produção. Além disso, as associadas qualificadas não conseguem compartilhar o conhecimento com as demais.

Cerca de 40% dos que não realizam desenvolvimento técnico da produção justificam esse problema pela falta de estilistas entre seus associados. A obtenção de matéria-prima por meio de outros empreendimentos solidários é realizada por apenas 5% dos EES analisados, sugerindo dificuldades para manter o fundamento da economia solidária em todos os pontos da cadeia produtiva. A comercialização dos produtos para o consumidor final acontece no mercado local ou em feiras de economia solidária. A pesquisa ainda aponta que o setor de confecção é formado por empreendimentos de pequeno porte, com uma média de quinze cooperados por EES (SEGATTO, 2011).

Exemplo de autogestão na área de têxtil e moda, reside na cooperativa central Justa Trama, composta por sete cooperativas ou associações. Segundo Andrada (2013), a organização foi criada em 2003 e formalizada quatro anos depois. Até a publicação da pesquisa, reunia mais de seiscentos cooperados por todo o Brasil em empreendimentos que trabalham em diferentes setores da cadeia de produção, desde o plantio até a confecção final. Ainda segundo a autora, a rede tem a atenção de pesquisadores das mais diferentes áreas desde 2006.

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 INTRODUÇÃO

No presente capítulo procuramos esclarecer os aspectos metodológicos considerados e os respectivos meios empregados, bem como os critérios e princípios que nortearam o trabalho científico, entre 2017 e 2019.

Segundo Severino (2016, p. 108), em sua obra Metodologia do trabalho científico, o autor define como método de pesquisa científica, “[...] um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.”

Nesse sentido, os resultados obtidos da pesquisa - em etapa exploratória - foram obtidos por meio de procedimentos bibliográficos e documentais aliados ao trabalho em campo. Em todo o processo baseamo-nos na observação participante (BRANDÃO, 1985) com entrevistas em campo. Com os resultados visamos a restituição ética do conhecimento obtido às comunidades, embora a pesquisa seja fortemente baseada na revisão da literatura existente.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A abordagem qualitativa é um modo de obter informações por meio de descoberta de significados, melhorando a compreensão do todo. Busca-se explorar a profundidade e complexidade dos fenômenos. Abrange pesquisas que produzem resultados não alcançados por meio de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. O objetivo da pesquisa exploratória é buscar e levantar informações sobre determinado assunto ou objeto, delimitando e mapeando suas condições de manifestação (NEILL, 2006).

O procedimento bibliográfico permite ao autor trabalhar a partir de dados ou categorias teóricas previamente exploradas por outros pesquisadores e autores em documentos como livros, artigos científicos, teses, revistas, entre outros. Esses materiais tornam-se, portanto, fontes dos temas a serem pesquisados (SEVERINO, 2016).

O procedimento documental diferencia-se da pesquisa bibliográfica, pois tem como fonte documentos que ainda não tiveram tratamento analítico, sendo úteis

para o pesquisador como matéria-prima para o desenvolvimento da investigação e da análise crítica da pesquisa. A observação feita pelo pesquisador no estudo de campo proporciona a coleta de dados do objeto em seu meio ambiente próprio, onde seus fenômenos ocorrem em condições vigentes, buscando captar a realidade específica (SEVERINO, 2016).

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

3.3.1 Etapa 1: pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica relacionada à economia solidária e ao desenvolvimento sustentável foi realizada por meio de consultas a catálogos de bibliotecas e portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, além da revisão sistemática de trabalhos de pós-graduação e artigos já produzidos. O levantamento dessas informações ofereceu subsídios para o desenvolvimento da revisão bibliográfica da pesquisa em questão, relacionada à economia solidária na área de têxtil e moda, com foco na indústria de confecção.

3.3.2 Etapa 2: pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada por meio de consulta a dados e documentação de serviços e sistemas de informação, principalmente sobre a indústria têxtil e de moda, junto aos acervos de órgãos governamentais e entidades do setor, como a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, rede de Costura Solidária SP, UNISOL Brasil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Também foram analisados documentos relativos à legislação que atende aos empreendimentos de ES. Com relação aos empreendimentos atuantes na indústria têxtil e de moda brasileira, foram analisados artigos e teses que expõem o desenvolvimento e a atual situação das formas de organização da economia solidária.

3.3.3 Etapa 3: estudo de campo

Foram considerados dois grupos de ES do setor de confecção, a rede Costura Solidária SP e o CosturaMente do Núcleo de Trabalho e Arte de São Bernardo do Campo, que a nosso ver representam avançado trabalho de coerência à economia solidária, com reconhecimento na área e ampla contribuição ao conhecimento e humanização na perspectiva solidária. Em termos metodológicos, os critérios utilizados para esta seleção foram:

- a) devem ser empreendimentos autodenominados econômico-solidários atuantes no setor de confecção;
- b) devem apresentar conceitos da economia solidária em sua produção, como solidariedade, cooperação e autogestão.

Os critérios foram estabelecidos após a fundamentação teórica dos conceitos apresentados na revisão bibliográfica e por meio de conhecimento sobre a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários. Trata-se essa organização de um equipamento público compartilhado entre a Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo¹² e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Segundo o *site* da Incubadora, o espaço destina-se à capacitação técnica e profissional de indivíduos e organizações, oferecendo incubação de empreendimentos populares e solidários por meio da promoção de cursos de capacitação para a autogestão e a estruturação dos empreendimentos, tais como assessoria financeira, contábil, jurídica, organização, entre outros. Dentro do espaço, é possível o intercâmbio de diferentes redes solidárias de produção, consumo, comercialização, conhecimento e informação.

Ao longo desse projeto oficial foram constituídas seis redes solidárias, entre elas, a rede Costura Solidária SP, com cerca de nove empreendimentos. Nesse trabalho, participamos de encontros da rede no decorrer do segundo semestre de 2017 e início de 2018. O grupo CosturaMente é integrante da rede Costura Solidária SP.

¹² Localizado em São Paulo, no bairro Cambuci, Rua Otto de Alencar, 2017, inserida no Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, em 06 de novembro de 2015, fundada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por Rogério Sottili e Eduardo Suplicy e pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, por Artur Henrique, da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob gestão do Prof. Fernando Haddad - FFLCH/USP, com a presença do Prof. Emérito Paul Singer - FEA/USP, in memoriam, ex-Secretário Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho e Previdência.

Uma vez considerados os grupos a serem visitados para informação e aprendizagem, foi elaborado um conjunto de questões a partir da fundamentação obtida com a revisão bibliográfica. As questões foram formuladas com o intuito de auxiliarem as entrevistas, de forma semiestruturada, com o objetivo de aprender sobre o trabalho solidário e autogerido especificamente na área têxtil e de moda.

Foram agendadas visitas técnicas aos empreendimentos para observação participante e registros por meio de notas e entrevistas sob abordagem qualitativa, com representantes e colaboradores dos grupos para compreender o processo do trabalho e a realidade relacionada ao contexto e à conjuntura. Para registro das visitas, foram utilizados meios como notas, fotografia e áudio com prévia permissão dos participantes.

O quadro 1 demonstra como as entrevistas foram conduzidas e quais os objetivos de cada indagação.

Quadro 1 – Condução das entrevistas

Questionamentos	Objetivo
Descrição de histórico do empreendimento;	Compreender o processo de fundação; há quanto tempo opera no mercado;
Descrição dos processos produtivos;	Conhecer os processos do empreendimento;
Descrição das noções de economia solidária (autogestão, educação, solidariedade, ação social);	A prática da economia solidária e o reflexo na rotina dos cooperados;
Atuação no mercado;	A visão do empreendimento em relação aos seus competidores;
Forma de comercialização dos produtos e aceitação no mercado;	O processo de distribuição de produtos e serviços;
Visão sobre esclarecimento do cliente/consumidor final;	Compreender se o esclarecimento do cliente/consumidor final sobre os conceitos de economia solidária e comércio justo constitui diferencial;
Resistência no contexto crítico brasileiro;	Eventuais dificuldades;

Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

No quadro 2 a seguir, descrevemos as principais atividades realizadas, entre as quais quatro encontros com a rede Costura Solidária SP e três com o grupo CosturaMente, com entrevistas e experiências de convívio com os trabalhadores.

Quadro 2 – Quadro-síntese das principais atividades de campo

Data	Grupo	Objetivos
1ª) out. 2017 2 dias	Costura Solidária SP	Conhecer representante da comissão de relacionamento. Entrevista individual. Participar de primeira reunião geral da rede.
2ª) nov. 2017 1 dia	Costura Solidária SP	Participação de reunião geral da rede com observação de discussão para análise.
3ª) fev. 2018 1 dia	Costura Solidária SP	Participação de Reunião Geral da rede com entrevista coletiva.
4ª) abr. 2019 1 dia	CosturaMente	Conhecer representante do Grupo Nutrarte. Entrevista individual.
4ª) mai. 2019 2 dias	CosturaMente	Visita técnica ao local de trabalho do grupo para observação e entrevistas coletivas.

Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

3.4 FORMA DE ANÁLISE DE RESULTADOS

Procuramos registrar entrevistas em áudio e realizamos a transcrição para a valorização do depoimento de participantes da economia solidária. Para melhor visualização do texto transcrito, serão utilizadas notas de transcrição, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Notações de transcrição

Notação	Significado
<i>Itálico</i>	Fala do entrevistado.
<u>Sublinhado</u>	Trechos que melhor expressam o assunto descrito
[...]	Omissão de texto não relevante

Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2018

A devida organização descrita acima possibilitará a seleção dos trechos mais pertinentes de cada entrevista de acordo com as categorias conceituais consideradas, baseada em nossa revisão bibliográfica, em economia solidária. Foram selecionados dois aspectos principais, entre eles os organizacionais e aqueles relacionados à produção, para a análise. Consideraremos depoimentos dos sujeitos participantes por meio da análise dos depoimentos.

4 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO SOLIDÁRIOS NO SETOR DE CONFECÇÃO: ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

4.1 COSTURA SOLIDÁRIA SP

O Projeto Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento é um convênio entre a UNISOL Brasil e a Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo (SMTE) (convênio 025/2014, assinado em 18 de dezembro de 2014). Acompanha o Plano Nacional de Economia Solidária, em vigor no Ministério do Trabalho e Previdência, que coloca a ES como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da economia, sociedade e meio ambiente.

Segundo publicação da UNISOL Brasil (2017) - Economia Solidária SP como estratégia de desenvolvimento, 1095 dias de inovação e mobilização na cidade de São Paulo - o projeto foi capaz de mobilizar a autogestão e a participação comunitária por meio da articulação entre seis redes formadas por empreendimentos econômicos solidários (EES), em especialidades como Artesanato, Cooperativismo Social, Costura, Ecoturismo, Economia das Culturas/Criativa e Alimentação. O projeto foi estruturado em três eixos, como Comunicação; Comércio Justo e Solidário, além de Formação, assessoria técnica e incubação. Os trabalhadores desses empreendimentos receberam a formação básica em ES, marketing, comunicação, precificação, assessoria de negócios, entre outros, além de oportunidades comerciais ao longo de 2015.

Cerca de onze meses após o início do projeto, foi inaugurada a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários do Município de São Paulo. Esse espaço possibilitou a realização de eventos, encontros, trocas, produção e negócios entre as redes e públicos interessados. Segundo Leonardo Pinho (Presidente da UNISOL Brasil) e Isadora Candian dos Santos (Diretora-Tesoureira), em 2017:

Os desafios para os próximos anos no município de São Paulo passam por avançar nesse primeiro passo que se deu com a articulação de Redes e com a inauguração da Incubadora. Pautar um novo modelo de desenvolvimento tendo a centralidade na manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, capaz de estruturar arranjos produtivos, fortalecer a articulação dos empreendimentos solidários, proporcionando novos fluxos econômicos e modelos produtivos, inclusivos e inovadores, valorizando os territórios (UNISOL BRASIL, 2017, p. 19).

Para promover a consolidação de uma Política Pública Municipal de Economia Solidária e Empreendedorismo Popular, diferentes setores e secretarias se mobilizaram para fortalecer as iniciativas, atuando de forma direta ou indireta. Além da SMTE, houve a participação das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, de Cultura, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Saúde, de Segurança Urbana, das Prefeituras Regionais, São Paulo Turismo e o Programa Operação Trabalho. A UNISOL Brasil foi contratada para a execução do projeto por meio de edital, mobilizando educadores já engajados em ações de ES. Ao longo do projeto, os educadores incentivavam o fortalecimento dos empreendimentos para que se tornassem autogestionários. Em 2015, foram realizadas cerca de oitenta atividades com aproximadamente 3.370 indivíduos e 312 EES. No segundo momento, já com funcionamento em redes, foram mobilizadas 1066 pessoas e 186 empreendimentos.

Segundo a UNISOL Brasil (2017), o setor de design foi um dos grandes mobilizadores da ES, buscando o desenvolvimento de negócios solidários por meio da estratégia de design. Foi possível a participação dos empreendimentos no *Design Week* (grande evento de design urbano da América Latina) e no N SP 2015 (encontro nacional de estudantes de design). Entre os grupos participantes, quatorze EES da rede Costura Solidária SP uniram-se para suprir a demanda de bolsas e camisetas entregues aos estudantes, que tiveram também a oportunidade de entrar em contato com um modelo alternativo de negócio.

As redes de pequenas e médias empresas guardam semelhanças com as redes ou cadeias produtivas solidárias, porém com outro fator desencadeador. O que normalmente une as redes de pequenas e médias empresas convencionais é a questão do território, enquanto o fator de união das redes solidárias são os laços de cooperação e solidariedade (podendo ou não ter relação direta com o território) (METELLO, 2007, p. 46).

A rede Costura Solidária SP (2016) é um conjunto de nove empreendimentos do segmento de confecção e costura em diversas regiões da Grande São Paulo, que conta com regimento interno com o objetivo de fortalecer o grupo, ter maior capacidade produtiva, autogestão, cooperação e solidariedade, visando à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente. Tem como prioridade o desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável, o respeito ao

equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres. Dentro do projeto, foi uma das primeiras a se estruturar ao fim do ano de 2015, estabelecendo missão, visão e valores a partir dos próprios empreendimentos participantes:

Missão: fortalecer o comércio justo e solidário, por meio da construção de políticas públicas e a articulação de empreendimentos de costura, entidades de apoio, parceiros e colaboradores garantindo o acesso ao mercado e o direito ao trabalho e renda. Visão: ser a principal rede de Costura Solidária do estado de São Paulo; ser referência de atuação no comércio justo e na Economia Solidária. Valores: cooperação, responsabilidade socioambiental, respeito às diferenças, inclusão por meio do trabalho, multiplicação de conhecimento, criatividade e qualidade, compromisso com o trabalho, igualdade, solidariedade e trabalho colaborativo (UNISOL Brasil, 2017, p. 37).

Também foi constituído o regimento interno da rede. Em 2015, sete empreendimentos das zonas sul, leste, norte e centro de São Paulo formavam a rede de costura, totalizando 55 indivíduos. Atualmente, a rede é composta por nove empreendimentos, sendo eles: Retrósvest, Santa Costura, CosturaMente - Nutrarte, Projeto Tear, Trans Sol, Conkistart, Pano pra Manga, Daniela Andrade e Maria José. A associação Design Possível foi frequentemente citada durante as reuniões como uma das principais apoiadoras, portanto, também fazendo parte da Rede de Costura SP. Segundo o *site* oficial da Rede Design Possível (2018), a associação sem fins lucrativos é composta por iniciativas como coletivos, grupos, empreendimentos, cooperativas de diferentes áreas com o objetivo da transformação social ou ambiental positiva no Brasil.

É possível identificar que os empreendimentos ligados à rede Costura Solidária SP denominam-se econômico-solidários, ou seja, afirmam praticar a doutrina e a luta econômico-política e seus respectivos conceitos e valores interna e externamente à rede Costura Solidária SP.

Figura 1 – Membros da rede Costura Solidária SP



Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2018

Foram agendadas visitas técnicas às reuniões da rede Costura Solidária SP entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018 para o diálogo e aprendizagem com o coletivo. Para registro das visitas, foram utilizados procedimentos de notas e registro de áudio.

Uma das particularidades do grupo de empreendimentos selecionados reside na participação ativa e engajada na rede Costura Solidária SP. Os nove empreendimentos se unem solidariamente com o objetivo de elevar construtivamente a produção geral dos grupos, para suprir demandas de clientes.

Para analisar as demais particularidades desses empreendimentos, procuramos participar de diálogos e reuniões.

Abaixo, espaço e forma de organização em roda de conversas e apresentações.

Figura 2 – Reunião geral da rede Costura Solidária SP



Fonte: Página da rede social *Facebook* da rede Costura Solidária SP, 2017

4.1.1 Aspectos econômico-organizacionais

A rede funciona como uma central na qual o cliente – em sua maioria, pequenas marcas – entra em contato em busca de um fornecedor. A depender da demanda, a distribuição de trabalho pode funcionar de duas maneiras:

- a) Uma produção em rede, na qual todos ou alguns empreendimentos trabalham juntos para suprir a demanda do cliente;
- b) A comissão administrativa da rede encaminha o cliente diretamente para um empreendimento que possa melhor atendê-lo de acordo com a especialidade e capacidade técnica, por exemplo, bolsas, *ecobags*, etc.

Para uma trabalhadora cooperada, como definição geral:

A costura solidária é um coletivo de empreendimentos de costura da economia solidária (grifo nosso) que busca a valorização do ser humano, inclusão social por meio do trabalho digno, conscientização de uma produção sustentável sem exploração (depoimento de cooperada, 2017).

Nesse processo, o grupo tem como prática a autogestão, ou seja, todos os participantes da rede têm o direito e dever de participar nas decisões do grupo. A rede é dividida em comissões, sendo elas, uma administrativo-financeira, de comunicação, de relacionamento, de produção e de multiplicação do conhecimento.

Em analogia a uma empresa sob o modelo dominante, há elementos comuns e a necessidade de divisão de trabalho, embora sem subdivisões estanques, pois, de acordo com uma das entrevistadas:

[...] a rede é uma versão ampliada do que é o seu empreendimento. No empreendimento você não tem que atender o cliente? Você não tem que fazer a relação das contas do que tem para pagar para não misturar as coisas? É a mesma coisa na rede, ela só é uma versão ampliada porque são várias pessoas e todos os empreendimentos. E aí, para não ficar apertado para ninguém, a gente dividiu as comissões. (depoimento de trabalhadora cooperada, 2018).

Também estão presentes os princípios da colaboração e troca, na qual é obrigatória a participação para fazer parte da rede. Ao menos um representante de cada empreendimento precisa participar de uma das comissões e participar das reuniões gerais. A partir dessa colaboração com a rede, há o direito de receber a demanda de um cliente. Se o representante falta a três reuniões gerais, a rede entra em contato para buscar entender se o empreendimento ainda tem interesse em participar ou não. Em caso negativo, a rede não encaminha mais clientes para aquele empreendimento.

As reuniões acontecem mensalmente, com um coletivo formado por nove empreendimentos de costura da economia solidária.

Atualmente, o público-alvo da rede são marcas que possuem demandas até quinhentas peças. Essa especificidade foi percebida ao longo da experiência de trabalho da rede com o mercado, pois inicialmente acreditavam que iriam trabalhar parcerias com grandes empresas e marcas para confecção de *ecobags* e brindes. As participantes da rede relatam que a busca acontece principalmente por donos de marcas que buscam uma relação mais humana com seus fornecedores. Buscam

empreendimentos que valorizam a mão de obra e não possuem práticas de exploração dos trabalhadores. Apesar de algumas marcas não necessariamente terem conhecimento sobre a economia solidária, a rede torna-se uma referência para clientes que buscam uma produção que vise também ao desenvolvimento sustentável.

Baseado no depoimento de suas próprias trabalhadoras, compreendemos didática e esclarecidamente a importância educacional e ética da economia solidária em relações de trabalho nos quais se valorizam a participação e o papel da mulher, a democratização da gestão, a cooperação, os direitos fundamentais e a inclusão cidadã e, conseqüentemente, a identificação e a satisfação pelo trabalho realizado, a saber:

A gente acredita em uma lógica de trabalho diferente desse caos capitalista, exploratório. Então só o fato de a gente conseguir unir mulheres, pessoas, que têm esses valores de autogestão, cooperação, trabalho digno, preço justo, a inclusão social pelo trabalho, a sustentabilidade ambiental econômica e social. Só de a gente ter isso em comum com outras pessoas já é muito rico. E realmente é essa relação mais humana do trabalho que realmente a gente não vê, né? (depoimento de trabalhadora cooperada em economia solidária, 2018).

Figura 3 – Membros da rede de diferentes empreendimentos produzindo



Fonte: Página da rede social *Facebook* da rede Costura Solidária SP, 2017.

Outra prática cooperada e solidária da rede reside na socialização do conhecimento, proporcionando a educação e desenvolvimento do coletivo. Enquanto o grau de escolaridade e de experiências diferem em grandes empresas e multinacionais e reforçam a assimetria das relações corporativas, na organização solidária a horizontalidade e a valorização mútua da educação do outro se manifesta. A partir de oficinas e de acordo com o interesse do grupo, costureiras que possuem habilidades específicas socializam seus conhecimentos para outros empreendimentos da rede, proporcionando maiores oportunidades para a geração de renda em cooperação e relações convergentes em cadeia.

Observamos ainda o trabalho de consultoria a partir da geração de conhecimento pelo coletivo, ocasionalmente oferecido pela rede. Alguns clientes não sabem ao certo qual tipo de material desejam usar em suas coleções, quantidade de peças e *mix* de produtos. O serviço de consultoria é percebido como uma necessidade por meio da própria rede no decorrer da experiência na prestação desse tipo de atendimento.

A informação e esclarecimento de clientes em relação à economia solidária é um objetivo permanente para a rede, pois é necessário trabalho didático para que o cliente possa compreender que não se trata de serviços convencionais, mas, sim, aquele cidadão e baseado em modo crítico de produção, democrático a partir de suas bases. A comissão de relacionamento busca conhecer o cliente, compreender suas necessidades e apenas depois procura esclarecer como a rede funciona, seus valores e princípios. Compreende-se que o trabalho de relacionamento é essencial também para que o cliente possa visualizar a justiça do valor dos serviços prestados e a sua qualidade em um sentido mais profundo.

O objetivo não é por competir, concorrer deliberadamente com grandes confecções ou multinacionais, que não poucas vezes operam com custo mínimo, baseado em direitos trabalhistas, ambientais etc., mais frágeis. Na cooperação solidária objetiva-se realizar trabalho remunerado de forma justa e cidadã, por oposição e relações construtivas. Optam suas trabalhadoras por declinar parcerias com grandes empresas que visam ao preço mais barato sem necessariamente haver compromisso com a responsabilidade social. Nesse sentido, uma participante considera que “[...] *a gente tem clareza que a rede de Costura não vai competir com a indústria, entendeu?*” (depoimento de cooperada, 2017). Portanto, para a rede se trata, portanto, de prestar serviços não meramente pela rentabilidade, mas efetivamente de estabelecer relação ética de trabalho e renda em termos éticos em relação econômico-solidária, de forma consistente e mutuamente evidente, cidadã.

Na economia solidária em geral há o trabalho sério para combater noções equivocadas de assistencialismo, caridade ou mesmo a mais vulgar de todas, a de prestação de serviços baratos, com a demonstração científica e crítica, com organização e trabalho consistentes de justiça econômica e democracia, qualidade da produção e de produto e democratização de renda e poder entre seus participantes, com profissionalismo baseado nessa práxis.

Analogamente à empresa privada, o plano de organização – ou plano de negócio, na terminologia relacionada ao empreendedorismo dominante – em economia solidária constitui também necessidade científica, para noção clara sobre orçamentos, receitas, materiais e critérios trabalhistas nas relações entre trabalhadoras costureiras e na relação da organização para com o cliente.

Na economia solidária em geral, esse conhecimento e experiência encontram-se em desenvolvimento, em função do surgimento recente dessa doutrina e planejamento econômicos.

Na indústria têxtil e de moda em geral na realidade das grandes metrópoles no Brasil, observamos dificuldades comuns e que o trabalho em economia solidária visa superar. Segundo depoimento popular,

Elas falam que elas recebem muito pouco. É quase que um trabalho no 0 a 0. (grifo nosso) Sempre está faltando dinheiro, trabalha muito e não sobra, né? Então quando eu falo assim, eu falo: “não, a costura tem que ser mais valorizada, trabalhar com clientes que realmente sejam mais humanos, né? Que você tenha uma relação melhor com eles”, porque é muito comum né, infelizmente. Eu fico triste porque nessa cadeia da moda, o normal é isso, né? O normal é facção. (grifo nosso) Por isso que eu acho que é um... É fora da curva, tanto a gente que quer trabalhar com essa produção sustentável na costura, quanto para os clientes. Porque essas grandes marcas ou pessoas que não tem interesse nenhum, elas só querem saber do mais barato e tanto faz se está explorando alguém, ou se tem um bebê no meio da máquina de costura naquelas condições horrorosas dos bolivianos que a gente vê. (grifo nosso) Um boliviano explorando até o outro boliviano. [...] É muito triste. Ao mesmo tempo, eles acham que só existe essa lógica de trabalho, né? Eles acham que é... Não tem outra maneira de trabalhar, sabe? Então eles ficam nessa situação horrorosa, porque acham que só assim que dá para trabalhar. (grifo nosso) – (depoimento de trabalhadora, 2018).

Uma das dificuldades enfrentadas pelo grupo reside na permanência e descontinuidade do apoio governamental – por razões de crise diversas. Mas diante de descontinuidades, sobrepõem-se dialeticamente a resistência e a luta permanente por autonomia das organizações solidárias. Ao final de 2017, houve uma reunião que encerrou a parceria que viabilizava o espaço da rede e, conseqüentemente, o funcionamento de alguns empreendimentos. Ainda assim, a rede continuou com as reuniões a fim de permanecer com o coletivo ativo, com resistência e luta autônoma. Segundo depoimento,

Em dezembro a gente teve um evento na incubadora, que foi o fechamento do projeto. Lembra que falei que mudou por causa da gestão? Antes, a gente tinha um apoio maior das redes, aí mudou a gestão e aí tiveram cursos. Cursos de economia solidária, assessoria, capacitação técnica, enfim. Paralelamente, a rede continuava ocupando a incubadora, e aí em dezembro a gente teve uma reunião com os representantes da Secretaria do Trabalho e naquele dia a gente ficou sabendo que o convênio ia acabar entre a Secretaria e a Unisol e que a gente só poderia usar a incubadora até o dia 24 de janeiro. O pessoal ficou bem desesperado porque não é só a rede de costura que utiliza o espaço, né? Tem a de alimentação, artesanato

e outros grupos que são atendidos. Aí no fim das contas, esses grupos todos se reuniram, fizemos uma carta, teve outra reunião com a própria Secretaria do Trabalho e eles estão tentando dialogar, ver se consegue ficar mais 30 dias ou 60 dias, mas é o tipo de coisa que, sinceramente, acho que não vai rolar, entendeu? Porque eles alegam que para ocupar a incubadora, que é um espaço público, não pode qualquer pessoa ir e usar, se não vira bagunça. Então, teoricamente, tem que ter uma instituição que esteja cuidando do espaço que tenha algum projeto, que foi o caso da Unisol. A Unisol tinha esse convênio com a Secretaria do Trabalho e aí a gente realizava as atividades lá. Mas agora não vai rolar, então tem alguns grupos que estão bem prejudicados, que não tem nem espaço para trabalhar porque não tem maquinário. Então está uma situação bem delicada. Assim, a rede de costura vai continuar trabalhando independente da incubadora, porque o nosso trabalho é mais de articulação, mas esses grupos que estão sem espaço estão providenciando algum plano B, tudo bem em cima da hora mesmo. (depoimento de trabalhadora, 2018).

Desse modo, revela-se que em economia solidária o modo de produção não sobrevive em dependência do Estado, embora tal relação se possa relacionar de forma construtiva e em benefício à sociedade em geral. Porém, a busca incessante e de forte resistência em economia solidária, dirige-se à autonomia em sua existência, na produção e sobrevivência das organizações em meio às relações de mercado, tal qual empresas convencionais, com a coerência econômica-solidária.

4.1.2 Aspectos pedagógicos solidários na produção

Dentro da rede existe a possibilidade da união de empreendimentos para atender a uma demanda. Sem o uso de habilidades técnicas em conjunto, esses empreendimentos não poderiam atender a clientes com grandes demandas isoladamente. Certos empreendimentos organizam-se na forma de serviços de costureiras individuais que, em geral, possuem grande domínio e experiência técnicas, mas como no mundo do mercado em geral, não só o solidário, há a demanda por melhores condições para a elevação da capacidade produtiva – o que requer crédito, reflexo da realidade industrial histórica brasileira em todos os setores econômicos produtivos. Mas como resistência, costureiras individuais solidariamente se unem para atender a um cliente com uma demanda maior, quase como um novo grupo temporário.

A relevância desse tipo de caso reside na disposição de troca de conhecimento entre as costureiras, mas também especialmente na mudança na relação com o Outro, na economia solidária. Se nas relações de mercado

dominantes trabalhadoras em geral se relacionam de forma concorrente, na relação solidária unem-se forças em parcerias, como regra e não exceção.

Para que os representantes de empreendimentos solidários conheçam mais uns aos outros, reuniões gerais são agendadas no local de trabalho de cada organização, a superar eventual falta de espaço próprio. Por meio desse procedimento, além de conhecer o local de trabalho e outros membros dos empreendimentos, viabilizam-se a aproximação e o conhecimento dos serviços, das capacidades mútuas e das eventuais necessidades, constituindo-se estratégia da rede.

Ao participar da rede é possível perceber como os empreendimentos cooperam entre si para o desenvolvimento do Outro. Noções críticas como se colocar no lugar do próximo são destacados ao longo da convivência com os grupos. A responsabilidade solidária se reforça quando grupos estabelecem cooperação e ajuda mútua em relação ao Outro que enfrenta dificuldades. Em discussão em grupo, essa relação pedagógica e social constrói-se em processo:

- [...] *tem uma sede que a gente alugou e lá a gente tem três máquinas retas. E a gente precisa de dinheiro para o aluguel. Todo mundo sabe que trabalho em grupo, um mês tem, outro mês não tem. E assim, se tivesse alguma contrapartida, quando precisasse, a gente poderia ceder o nosso espaço. Ajudaria quem está com a produção e ajudaria [...] que precisa do aluguel (grifo nosso).*

- *Então, mas isso não pode ser uma proposta? A gente tem dois grupos aqui que tem tudo pago [...] A contrapartida pode ser ensinar alguma coisa para o grupo (grifo nosso).*

- *É uma proposta para trabalhar com o que a gente tem. Lá tem um monte de máquina que não usa o tempo todo e a gente não paga aluguel, não paga nada, não paga luz.*

- *Agora no caso delas, a gente tem a nossa produção e aí se você tiver alguma produção que você precisar de ajuda, você pode entrar em contato com a gente também. (grifo nosso)*

- *Uma troca de trabalho. (grifo nosso)*

- *Não, mas eu também acho justo esse negócio de pagar um pouquinho. A gente não consegue contribuir metade do aluguel, mas cada um pode pagar um pouco, pagar o dia que a gente usou. (grifo nosso)*

- *E quando vocês dizem que a produção pode ser na casa de um colega, assim tem alguma contrapartida para vocês ceder o espaço? (questão de participante de empreendimento novo em rede)*

- *Sim, foi ótimo. [...] o grupo todo [...] (foi) trabalhar para aprender a costurar.*

- *O grupo todo [...] nunca tinha feito roupa... Como passar roupa, como que coloca um alfinete. Então eles aprenderam como que fazia. (grifo nosso)*

(Depoimentos em discussão didática em grupo, 2018)

Figura 4 – Espaço utilizado na Incubadora



Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2017

4.2 COSTURAMENTE

A partir da rede Costura Solidária SP, conhecemos o Núcleo de Trabalho e Arte, a Nutrarte, em São Bernardo do Campo (atualmente localizado na Rua Oreste Romano, 247, bairro Assunção), no Estado de São Paulo. Nesse núcleo, participa o CosturaMente, um grupo de costura existente há oito anos, hoje reestruturado.

Figura 5 – Espaço Nutrarte



Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

O Nutrarte surgiu em 2012 e é um programa que pertence ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS) que promove ações de inclusão e participação social dos usuários da rede de saúde mental, por meio do trabalho e da cultura. Segundo o *site* da Prefeitura de São Bernardo, o CAPS é um serviço de saúde pública mental que oferece atendimento para pessoas com sintomas de transtornos psíquicos e outros relacionados ao consumo de álcool e drogas. O Centro oferece acolhimento, grupos de escuta e de apoio, como também diversas atividades terapêuticas para os usuários e seus familiares.

Pacientes podem ser encaminhados pela rede municipal de saúde ou serem atendidos por demanda própria e participam de processo de construção de seu Projeto Terapêutico Singular, um conjunto de propostas e condutas terapêuticas para um indivíduo. Nesse processo, a pessoa pode manifestar o desejo pelo trabalho, a necessidade de retornar a atuar no mercado. Nesse momento, ele é encaminhado para o Nutrarte. Segundo o *site* da Prefeitura de São Bernardo do Campo (2018):

Com o intuito de melhor desenvolver ações de emancipação e inclusão social, como a geração de trabalho e renda, a rede conta com o Núcleo de Trabalho e Arte (Nutrarte). Responsável por apoiar o usuário em projetos de

inserção social pelo trabalho, o Nutrarte orienta suas ações em diálogo com os valores e as estratégias da economia solidária, articulados junto às Redes Municipal e Regional de Economia Solidária, bem como à Rede Estadual de Saúde Mental e Economia Solidária. Também apoia ações de geração de renda e promoção de cultura desenvolvida a partir dos diferentes CAPS. Participa de editais do Ministério da Saúde, bem como do Ministério da Justiça, recebendo apoio financeiro para a execução de Projetos de Inserção Social (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018).

Atualmente, existem seis oficinas centrais em funcionamento no Nutrarte, entre elas, de culinária, costura, marcenaria, horta, estamperia e artes plásticas. Juntas, totalizam 64 usuários atendidos. Nessa estratégia, visa-se à reinserção social e à geração de renda com base nas práticas em economia solidária. Busca-se participar de eventos e espaços vinculados à economia solidária, como feiras, eventos externos, simpósios e congressos.

Baseado em depoimentos de participantes, descrevemos o caso em suas potencialidades e dificuldades superadas.

4.2.1 Aspectos econômico-organizacionais

As reuniões do grupo acontecem no período da tarde nas terças, quartas e quintas-feiras. Até maio de 2019, a oficina de costura era composta por cinco pessoas. O número de pessoas participantes no grupo pode variar. Isso acontece, pois sempre existe espaço para atender a novos participantes ou em casos de recidivas.

As conquistas pessoais em saúde e inclusão geral são lutas diárias, especialmente quando se trata do público na área de saúde mental, em geração de renda por meio da economia solidária. Para a coordenação, esse é o melhor modelo levando-se em consideração a necessidade do público, especialmente em meio à gestão participativa. A capacitação de participantes tem como objetivo seu desempenho profissional dentro e fora do grupo, para reconstrução de sua autonomia. Um dos grandes desafios reside na geração de renda de qualidade, que realmente possa trazer retorno financeiro sustentável para o grupo.

Todas as oficinas trabalham dessa forma: primeiro é concebido e elaborado o produto, depois a precificação e, em seguida, a comercialização. A distribuição de renda dos grupos ocorre de acordo com a divisão de hora-trabalho. Do valor total arrecadado, 10% são destinados ao fundo de caixa do grupo para reposição de

materiais e devidas manutenções de equipamento. O restante é dividido entre os participantes da oficina por hora trabalhada.

Os produtos são comercializados em eventos e feiras. Fora isso, as próprias costureiras também levam os produtos para vender.

Devido ao grupo ser praticamente composto por usuários novos, o foco não está na comercialização, e sim no aprendizado e capacitação.

Diante de questionamentos sobre eventuais desvantagens em relação ao modelo de economia solidária, considera-se que a desvantagem acaba sendo a vantagem, pois tudo depende do próprio trabalhador e do grupo: quais produtos irão fazer, em quais locais de comercialização e por qual preço. Tudo precisa ser definido por todos, o que gera a participação de todo o grupo. É necessária assim a cooperação geral.

Ao chegar pela primeira vez na oficina, um participante utiliza materiais como retalhos para praticar costura em linha reta. A partir do progresso e aperfeiçoamento da técnica, um monitor demonstra técnicas novas aos educandos. Uma das soluções encontradas para a viabilização do aprendizado e capacitação de participantes ocorre por meio de parcerias com costureiras profissionais. Um monitor, por exemplo, contatou a ex-professora de uma das usuárias para propor uma colaboração construtiva. Nesse aspecto, o Nutrarte, que possuía material e maquinário, disponibilizou-os e a monitora ofereceu aula para as participantes. Assim, o grupo pôde oferecer linhas, tecidos e espaço para costureiras trabalharem em seus projetos.

Um dos grandes desafios encontra-se em alguns casos em que há a eventual falta de credibilidade das próprias famílias em relação aos produtos confeccionados pelas costureiras e seus potenciais. Em alguns casos, familiares não acreditam que elas tiveram habilidade para costurar algum produto, razão pela qual há incentivo para que levem amostras para casa, com vistas à demonstração por elas mesmas, ao fortalecimento da autoestima e ao incentivo ao desenvolvimento.

Um dos focos de trabalho repousa na viabilização de parcerias com empresas privadas. Apesar de fazerem parte do mercado, entende-se no trabalho que esse tipo de parceria se torna necessária para o fortalecimento do grupo. No entanto, com a alternância dos mandatos municipais, os projetos sociais sofrem mudanças. Eventuais mudanças de políticas de apoio podem findar projetos inteiros.

Com o seu fortalecimento ou adaptações necessárias, acredita-se que a permanência dos trabalhos possa ser viabilizada.

Uma das parcerias ocorre com duas empresas da indústria têxtil e de moda, voltadas para a questão do desperdício. Elas precisam realizar a separação de retalhos de tecido que chegam misturados com pedaços de papel em grande quantidade. Podem-se gerar condições de renda em economia solidária para cerca de dez participantes usuários inicialmente, com bolsa de apoio e vale-transporte. A expectativa é que os participantes possam atuar no serviço de triagem dos resíduos têxteis mensalmente. O papel é passível de reutilização pelo grupo. O tecido também retorna às empresas parceiras, que o comercializam para tecelagens.

O obstáculo encontrado para a viabilização dessa e de outras parcerias reside na formalização de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para formalização do contrato. Como se trata de uma parceria que pode durar mais tempo do que a gestão governamental, torna-se necessário, nesse caso, CNPJ próprio.

Não obstante, observam-se apoio e conscientização das empresas privadas que desejam realizar a parceria. Há aquelas que optam por aguardar o registro para cooperar com o grupo.

4.2.2 Aspectos pedagógicos solidários na produção

Na Nutrarte explica-se que existe uma grande preocupação do grupo com a qualidade e a durabilidade, para a construção do profissionalismo em sua produção. Verificam-se muita dedicação e empenho no trabalho das costureiras de modo que a economia solidária não seja confundida como um projeto assistencialista. Em depoimento:

A gente precisa que você compre porque você se identificou, você vai levar para alguém que gosta disso, você gosta disso, você vai usar, não precisa ajudar... Acho que toda ajuda para chegar até esse resultado final ele já te dá. Você gostou por outros valores, leva. Se não, não leva nenhum. A gente quer que a compra seja consciente, não por assistencialismo. (depoimento de participante, 2018).

Reforça-se, nesse sentido, a construção da imagem da economia solidária como resultado de produção efetivamente econômica e social.

No grupo de costura, há planejamento para a concepção e confecção de produtos cujo objetivo principal reside na busca pela inovação. Os modelos dos produtos a serem produzidos são definidos por meio de pesquisa ou sugestão das costureiras.

No planejamento atual, estão em desenvolvimento modelos de bolsas. Cada costureira realiza um modelo previamente definido e, com o desenvolvimento de sua qualidade, realiza-se uma nova. Ao atingir dez unidades, a produção desse objeto é interrompida para serem gerados outros como lixeiras específicas para uso em automóveis. Enquanto se desenvolve o aprendizado da lixeira, as costureiras comercializam as bolsas, levando-as para casa com esse objetivo. Após a produção desse item, realiza-se novo objeto, como, por exemplo, um modelo de suporte com a função de biblioteca suspensa (Fig. 6)

Figura 6 – Biblioteca suspensa



Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

Esse item resulta de uma parceria com outro grupo no Nutrarte, o de marcenaria, um dos mais bem estruturados atualmente. A biblioteca suspensa necessita de materiais como a madeira, desenvolvida com o grupo de marcenaria. No entanto, é necessário o pagamento dos serviços de marcenaria, que requer técnicos treinados e materiais, para os quais nem sempre há verba disponível no

grupo de costura. Dessa forma, a biblioteca suspensa, apesar de seu design articulado, é o item produzido por último.

Todas as decisões são tomadas em conjunto. No caso do item bolsa, por exemplo, o modelo não tinha alça. Após o término da peça, todos decidiram que seria melhor adicionar esse componente. Ou seja, o modelo do produto é elaborado não apenas em sua etapa de concepção básica, mas em seu processo de desenvolvimento. Conforme a demanda de horas semanais trabalhadas e as características inerentes de aprendizado, o processo pode se tornar extenso. No caso desse produto, o grupo levou três semanas para a sua construção. Nesse processo demandou-se que as costureiras se dedicassem cerca de um dia e meio por semana na oficina, ou seja, a confecção da peça demorou cerca de quatro dias e meio em três semanas.

Para o grupo, o produto com melhor resultado financeiro são os promocionais como, por exemplo, *ecobags*. A comercialização é realizada pelas próprias costureiras. Em relação às *ecobags*, existe a certeza de que o grupo será mais bem recompensado com a renda adquirida no trabalho solidário, entre todas as costureiras.

Apesar do modelo de *ecobag* solicitado ser considerado simples, trata-se de uma produção trabalhosa como a de outros produtos. Diante disso, a demanda requer análise e programação, visto que os prazos precisam ser atendidos e as condições precisam ser adequadas.

Como solução, o grupo procurou apoio da Fundação Banco do Brasil, conhecida por viabilizar ações em busca da inclusão socioprodutiva, com iniciativas de geração de renda e trabalho¹³. Com um curso profissionalizante dessa fundação do Banco do Brasil, as participantes do grupo de costura acreditam que terão condições para suprir as demandas existentes.

No *mix* de produtos do grupo, também há camisetas, produto em relação ao qual acreditam ter uma maior aceitação no mercado, tanto pelo público feminino quanto o masculino. Desenvolvem-nas em modelo de algodão e aquelas com beneficiamento realizado em parceria com o grupo de artistas plásticos do Nutrarte, o Coletivo Traço. Componentes como o bolso e o detalhe na barra da camiseta ganham pinturas feitas à mão por esses artistas. Exemplo expressivo de trabalho é

¹³ Maiores informações sobre a Fundação Banco do Brasil estão disponíveis em: <<https://fbb.org.br/pt-br/>>.

representado abaixo, por participante que vence a luta contra a dependência ao álcool e concebeu criação de produto baseado na releitura da tampa de garrafa de uma marca de tequila.

Figura 7 – Exemplo de camiseta com estampa pintada à mão



Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

O processo de criação desse produto contou com a participação também de costureiras profissionais no grupo, mas devido a mudanças internas, o projeto foi interrompido. No entanto, o grupo, em resistência, engajou-se na continuidade do trabalho. Investiram em embalagens, modelos femininos e desenvolveram acabamentos. Por tratar-se de obra também em artes plásticas, o grupo observa que a camiseta possui um valor agregado peculiar, por conter e expressar a história da vivência e da luta de pessoas que enfrentam e vencem dependências químicas e seus medos.

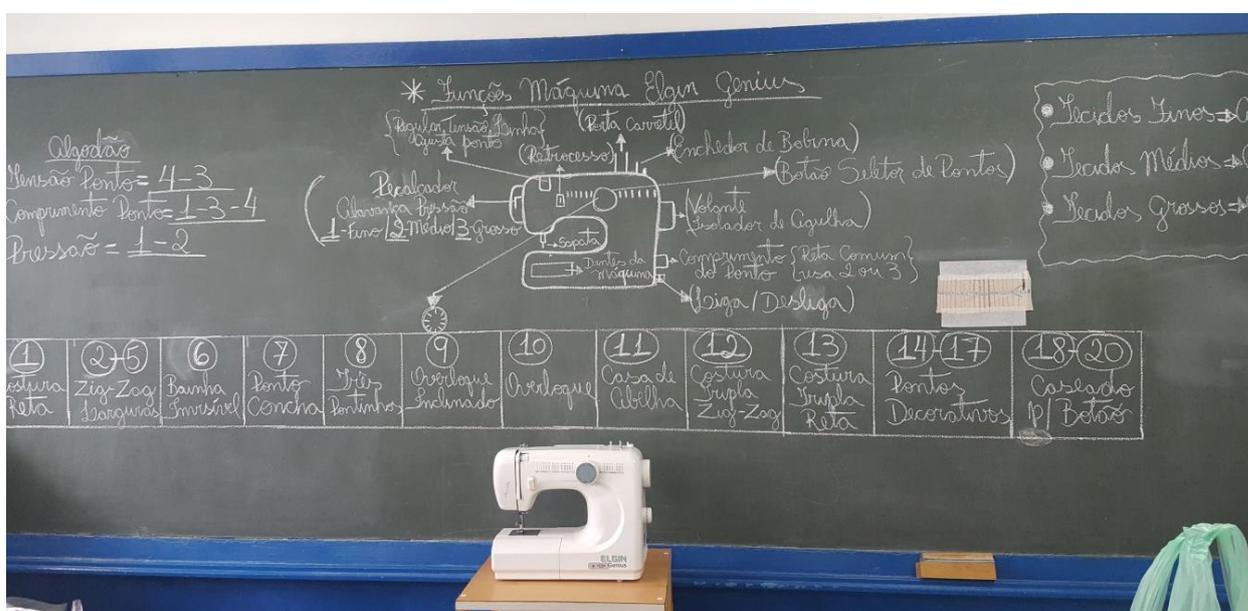
Atualmente, o grupo é principalmente auxiliado por monitores não necessariamente como costureiros. Nesse aspecto, observa-se a necessidade de

costureira profissional para uma melhor produtividade e para a melhor condição de monitores apoiarem participantes que requerem atenção especial. Mas ao mesmo tempo, a aprendizagem de todos se percebe benéfica e de interesse geral, de forma construtiva e socialmente pedagógica. Segundo participante:

É que, para falar a verdade o meu incentivo maior era esse curso. Porque eu também fico perdido, mulher, eu não sou costureiro de alguma forma. Eu aprendo, e eu já tinha ficado aqui na costura com as meninas em outras produções. Então a gente já tinha feito vários anos aí, projetos de ecobag, então eu já ajudei a costurar, eu peguei gosto na costura. Fui aprendendo a costurar, mas é isso, se você não tem um curso, você não sabe de alguma forma. (depoimento de participante, 2018).

Para aprender a utilizar uma das máquinas, por exemplo, um monitor estudou o tutorial específico do modelo disponível. Para esclarecer didaticamente o conhecimento adquirido para as costureiras, optou por descrever de forma articulada e de forma esquemática, para que melhor visualizassem e pudessem conhecer os termos técnicos corretos de acessórios e componentes, como volante, retrocesso etc., fundamentais para a operação da máquina, bem como a sua estrutura e funcionamento como um todo.

Figura 8 – Quadro com desenhos e instruções de máquina de costura



Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

Podemos observar, nessa experiência, novamente o caráter pedagógico social e democratizante da economia solidária em termos de inclusão social e socialização do conhecimento em termos cidadãos. Tais aspectos promovem a integração social, solidariamente, mesmo em trabalho.

5 DISCUSSÃO: ANÁLISE – A COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA COMO GERADORA DA INCLUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO GERAL

Baseado na revisão geral e em nossas observações, consideramos em análise os aspectos fundamentais que essas organizações solidárias revelam de forma incluyente e contributiva ao desenvolvimento e crescimento geral.

5.1 CONTRIBUIÇÕES E INOVAÇÕES

No quadro 4 abaixo demonstramos as principais contribuições e inovações em cada grupo. O quadro não tem finalidade comparativa entre os grupos.

Quadro 4 – Quadro-síntese das principais contribuições e inovações

Costura Solidária SP	CosturaMente
Prática de autogestão – organização em comissões	Prática de autogestão – modelo participativo
Princípios da colaboração, solidariedade e troca	Maquinário e materiais disponíveis para possíveis trocas por aulas com profissionais
Multiplicação do conhecimento	Viabilização de parcerias com empresas privadas para fortalecimento do grupo
Prestação de serviço de consultoria	Grande possibilidade de inovação em produtos
União de empreendimentos para suprir uma demanda	Parcerias com outros grupos do Nutrarte, como marcenaria e estamparia
	Foco em aprendizado e capacitação

Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

É possível identificar princípios da economia solidária aplicados ao modo como ambos os grupos operam. No caso da rede, a autogestão ocorre por meio da participação direta de representantes dos empreendimentos na tomada de decisões do coletivo. Para isso, o grupo se organiza em comissões e cada empreendimento participa de uma ou mais entre delas. A partir dessa participação, os

empreendimentos realizam o atendimento à demanda de clientes. No caso da CosturaMente, fica perceptível a preocupação dos monitores para que todas as costureiras participem e estejam autonomamente de acordo com todas as decisões tomadas pelo grupo, bem como com as regras estabelecidas em seu regimento interno, elaborado e assinado por todos, inclusive em relação a produtos em processo de desenvolvimento.

Os dois casos revelam a importância da auto-organização e a interação democrática sobre como empresas solidárias tomam decisões, como mostra Singer (2002). No caso do CosturaMente, as decisões são tomadas em conjunto por todos os participantes. Quando a empresa é grande, como é o caso da rede de Costura, são eleitos representantes para comissões de diferentes áreas que podem deliberar a serviço do coletivo.

Entre as ações solidárias dos grupos, destaca-se a multiplicação do conhecimento, que também constitui um dos fundamentos da economia solidária. Os empreendimentos se organizam mutuamente para a cooperação e a comunicação de conhecimentos e habilidades técnicas, aumentando a capacidade produtiva.

No caso da rede de Costura, observamos a união de empreendimentos individuais, ou seja, compostos por apenas uma pessoa, para atender a demandas de clientes que não poderiam cumprir caso atuassem isoladamente. Nesse sentido, uma eventual inviabilidade de uma produção isolada, em rede adquirem-se as condições para a realização. Semelhantemente, ocorre essa dinâmica em rede com o CosturaMente e outros grupos nucleados na Nutrarte, como por exemplo, nos projetos relacionados à biblioteca suspensa (união com o grupo de marcenaria) e camisetas (união com o grupo de estamperia).

A solidariedade como responsabilidade conjunta também constitui marca de trabalho nessa forma de organização. Quando os grupos enfrentam dificuldades para manter-se ativos no mercado por falta de espaço ou de máquinas, apoiam-se mutuamente. Se um grupo necessita de espaço, outro o oferece, recebendo, por exemplo, aprendizado de habilidades necessárias para o trabalho em desenvolvimento.

Com os meios disponíveis da CosturaMente, a organização manteve-se disponível em troca de ensino para empreendimentos da rede e para outras costureiras profissionais que precisam desses meios para produzir. Essa política

constitui em si condição para a inclusão social dos grupos que necessitam de aprendizagem e treinamento profissional de costureiras.

As parcerias não ocorrem exclusivamente entre empresas solidárias, mas também com empresas concorrenciais de mercado, fortalecendo-se a compreensão da dinâmica real econômica nas relações de mercado concretas e a compreensão também da luta esclarecida e crítica, quanto ao objetivo central da geração de renda e inclusão. Fortalece-se o esclarecimento da necessidade de unidade solidária em meio à diversidade de modelos econômicos de matrizes concorrenciais. A participação da economia solidária no processo de concorrência e disputa por mercados, torna-se relevante para a imagem da economia solidária como um moderno e não utópico modo de produção e de vida.

O grupo CosturaMente realiza a capacitação das costureiras de forma que elas consigam realizar o ofício dentro ou fora do grupo, profissionalmente, de modo que seus trabalhadores possam permanecer em organização solidária de forma autônoma e não condicionada. Nesse modelo autogestionário, principalmente, a voz de cada participante é ouvida por todos e o trabalho de todos é valorizado conforme as suas possibilidades. Assim, observamos a não exploração nesse processo de produção.

Sob essa perspectiva, a economia solidária se manifesta a partir das bases sociais e não verticalmente por ações governamentais ou mesmo privadas, pois

A economia solidária só faz sentido se ela for tomada pelo trabalhador como empreendimento político dele, trabalhar, e não em empreendimento “nosso”, que estamos no governo, ou “nosso” que estamos na universidade. Isto tem que estar muito claro desde o início: é um empreendimento político do trabalhador. [...] Os trabalhadores têm que fazer o mesmo, têm que lutar para empreender, porque o cooperativismo é um empreendimento, só que não é um empreendimento meramente econômico, não é um empreendimento que visa lucro, é um empreendimento que visa emancipação, que visa emancipar o indivíduo das atuais relações sociais. (HADDAD, 2005, p. 27).

5.2 DESAFIOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O quadro 5 abaixo demonstra desafios em processo de superação ou superados da economia solidária na área têxtil e de moda. O quadro não tem finalidade comparativa entre os grupos.

Quadro 5 – Quadro-síntese de principais desafios em superação ou superados

Costura Solidária SP	CosturaMente
Ampliar a carteira de clientes	Melhorar condições para crescimento da renda
Valorização do trabalho solidário na sociedade brasileira	Informação e esclarecimento às famílias de costureiras para elevar a credibilidade e o apoio às próprias costureiras
Informação para sociedade sobre a economia solidária. Esclarecimento sobre a distinção entre inclusão social e assistencialismo	Informação para sociedade sobre a economia solidária. Esclarecimento sobre a distinção entre inclusão social e assistencialismo
Informação e formação de empreendimentos sobre economia solidária	Gerar condições para capacitação e desenvolvimento de profissionais
Informação sobre economia solidária a empreendimentos de moda	Formalização de empresas, contratos e parcerias
Fortalecimento de apoio governamental, equânime ao apoio às grandes empresas e multinacionais	Estratégias para enfrentar a tendência histórica de descontinuidades de programas governamentais, em situações de mudanças de gestão em instituições, secretarias, órgãos, entidades no Estado
	Comercialização protagonizadas pelas próprias costureiras
	Desenvolvimento de condições para a redução do tempo necessário para a geração de produtos e serviços

Fonte: Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur Paixão, 2019

Em economia solidária observamos, portanto, a necessidade de continuidade de informação, educação e comunicação para a valorização do trabalho solidário, a necessidade de informação a clientes, parceiros e, inclusive,

consumidores, sobre economia solidária. Esse processo também inclui o aprofundamento de informação e esclarecimento permanentes a empreendimentos que integram a rede.

A informação, educação e comunicação sobre economia solidária constitui relevante desafio na atual fase de desenvolvimento desse modo de produção e cultura, em oposição à produção não centrada exclusivamente no lucro crescente e sem limites, em relação aos direitos fundamentais e cidadãos. Trata-se de trabalho em prol da conquista, defesa e criação de direitos fundamentais (CHAUÍ, 2001) e não em crescentes flexibilizações e precarizações negativas de mercado, processos que, em geral, implicam redução ou mesmo violações de direitos trabalhistas, ambientais e humanos fundamentais. A economia solidária é voltada sobremaneira à construção e à luta permanente para o desenvolvimento de condições cidadãs de produção e, conseqüentemente, ao engajamento devido à percepção do bem-estar e renda democrática conquistada pelos funcionários em cadeia solidária. Os resultados da economia solidária possibilitam a geração de círculos virtuosos de desenvolvimento e crescimento, mesmo que de forma local ou pontual.

Observa-se que para o fechamento de um contrato comercial é necessário dedicação para informação e esclarecimento aos clientes não conhecedores da economia solidária, pois em alguns casos surgem expectativas de que os orçamentos possam ser superiores aos de mercado, comprometendo o prazo para a comercialização dos produtos.

Tendo em vista o caso de pessoas com necessidades especiais, os desafios específicos como no caso do grupo CosturaMente também se relacionam à necessidade de informação sobre a economia solidária e o desafio para a ampliação de condições para o desenvolvimento profissional permanente. Esse processo contribui para o esclarecimento sobre a diferença entre economia solidária e projetos assistencialistas e para a valorização das costureiras entre suas próprias famílias e a demonstração de suas habilidades e potenciais, por meio de seus trabalhos e feiras realizadas com obtenção de renda e, assim, a elevação de suas autonomias e cidadania. Do desafio enfrentado, em economia solidária verifica-se a conquista de uma inovação importante. Nessa linha ainda, registra-se a organização de eventos em que os familiares possam participar e perceber a capacidade crescente e cidadã da trabalhadora. Familiares podem inclusive acompanhar o trabalho de fabricação

de um produto observando-se condições criadoras e talentos outrora despercebidas, valorizando-se o trabalho em si digno das costureiras.

O desafio da polivalência e especialização no trabalho solidário também representa um desafio fundamental, mas com possibilidade renovadora em sua solução, pois em ateliê se nota a necessidade fundamental de um monitor para atendimento geral, mas simultaneamente de uma costureira experiente para o desenvolvimento e aprofundamento da aprendizagem em costura, dessa arte como um todo, da fibra ao tecido, do material ao produto e respectivos serviços, para uma educação do processo da concepção à produção e sua cultura de uso e descarte em sociedade. Nesse aspecto, percebemos a necessidade de cooperação e de pesquisa permanentes entre participantes da economia solidária.

Com a prática observada da cultura de compartilhamento dos meios, diante de necessidades como materiais, espaços e aprendizagens, a organização solidária mantém o seu princípio da multiplicação do conhecimento em sentido amplo, não apenas sob mera transmissão de dados, mas para uma prática de educação e cultura vivas para inclusão, esclarecimento e autonomia.

A questão da formalização de organizações solidárias, como pessoa jurídica com CNPJ, implica a possibilidade de viabilização ou não de contratos comerciais com empresas de mercado. Nesse aspecto, tal problema representa um dos desafios mais importantes para a economia solidária. Precedentes históricos se observam e alertam para a necessidade democrática permanente da economia solidária, que é a ampliação da massa crítica e da respectiva organização dos trabalhadores, para coletivamente colocar em pauta projetos de lei e conquistar a aprovação de leis específicas da economia solidária.

Sobre as necessidades especiais das costureiras, o estudo e pesquisa da costura em si permite compreender a costura como técnica e como arte. Nesse aspecto, o da arte, a valorização do trabalho, em seu tempo e espaço demandados pelas próprias costureiras, corresponde à sua expressão humana e artística. Podemos assim enxergá-la não como um problema, mas como a característica e peculiaridade da obra, a ser comunicada e valorizada no momento da comercialização.

Outro desafio importante reside na comercialização de produtos pelas próprias costureiras. Visto que a democratização do ensino e aprendizagem em economia solidária representa um fundamento, o uso de novas tecnologias de

informação e redes de comunicação torna-se um aliado na divulgação de projetos, de aprendizagens e esclarecimento.

Por fim, a observação dos efeitos históricos de descontinuidades de apoios governamentais ou mesmo de setores privados, em processos de mudanças de gestão, torna ainda mais profunda a percepção da necessidade de independência da economia solidária, seja do Estado ou do mundo privado. A instabilidade de apoios oferece demasiados riscos à existência de alguns empreendimentos que necessitam de espaço e máquinas disponíveis em incubadoras para desempenhar e cumprir seus compromissos. Sem ferramentas e meios, empreendimentos solidários enfrentam, como qualquer outra organização produtiva, dificuldades. Por isso, em economia solidária a noção de cooperação não se resume à organização em si ou desta para uma outra, mas da construção dinâmica de cadeia(-s) de produção(-ções) solidária(-s), com crescentes convergências, interações e parcerias possíveis, não apenas a partir de um pilar exclusivo (um poder executivo, uma grande empresa, etc.) mas de redes de cadeias solidárias, para a resistência e luta pela sobrevivência digna, desenvolvimento e crescimento de todos, sob responsabilidade solidária geral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última análise, a resistência e a luta econômica solidária no mundo têxtil e de moda revelam-nos a dinâmica da realidade concorrencial dominante de mercado na economia e cultura capitalistas, no contexto paulistano e brasileiro. O fenômeno da exploração, da precarização, do desemprego conduz a população trabalhadora a submeter-se a condições de trabalho precárias e baixos salários para sobreviver ou a simplesmente exclui em termos sociais, econômicos e culturais. Baseado nessa realidade histórica concreta, modos de produção e de cultura de resistência e luta, como aquelas relacionadas à chamada economia solidária, tornam-se reais, não como ideia alternativa, mas como necessidade baseada no trabalho cooperado como condição fundamental para a obtenção de renda e possibilidade de desenvolvimento coletivo de seus atores.

A busca de um design para o desenvolvimento sustentável na área têxtil e de moda, na perspectiva socioeconômica solidária, exige do designer têxtil e de moda a revisão crítica de seu papel como mero técnico, em que se pressupõe a criatividade como mero elemento adicional e literalmente superficial na elaboração de um objeto, mas principalmente de um cooperador direcionado à coordenação criticamente esclarecedora do processo de produção, com vistas à integrar socialmente e contribuir à solidariedade da rede como um todo, em oposição ao modo dominante, baseado na concorrência e exclusão. Muito mais do que uma forma alternativa e secundária contra o desemprego, a economia solidária é a manifestação e a estratégia de trabalhadores e trabalhadoras pela vontade de uma sociedade baseada no trabalho real, justa, efetivamente sustentável e economicamente democrática.

A precarização do trabalho é uma das principais preocupações da indústria de moda. A produção globalizada gera o corte de gastos e o desrespeito às medidas de segurança nas confecções locais de diferentes países, que tentam sobreviver com a alta competitividade. Nesse processo, relativizam-se direitos trabalhistas e previdenciários, mecanismos de defesa do meio ambiente e outros direitos fundamentais, levando à precarização, empobrecimento ou mesmo exclusão de pessoas.

Dessa forma, novas iniciativas de resistência empreendidas na forma de economia solidária, também no setor têxtil e de moda, são fundamentais não apenas

para a elevação de indicadores formais da área em si, mas sobretudo porque proporcionam inclusão, autonomia, desenvolvimento e liberdade a partir da iniciativa, da criação, e da luta coletiva protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras.

A arte e o design na área têxtil e de moda constituem ferramentas da organização produtiva solidária não só para o desenvolvimento sustentável de produtos, mas também para a cooperação não mecânica, criadora e transformadora de seu papel na sociedade.

A economia solidária em si na área têxtil e de moda resulta também como resposta cidadã em meio à realidade historicamente injusta, exploradora e excludente no sistema de produção, uso e descarte nessa área. Mas sobretudo, dialeticamente, trata-se de forma embrionária inovadora e promissora para a reflexão sobre a necessidade de transformação socioeconômica e ambiental do setor têxtil e de moda dominante, para a sua democratização no presente e no futuro.

Nessa perspectiva, os resultados obtidos na revisão da literatura e na observação dos casos da Costura Solidária SP e CosturaMente revelam-nos tratarem-se de experiências de organização inovadoras de produção, mas principalmente de experiências originais e de vanguarda, cujas análises, em perspectiva, implicam as noções relacionadas à construção da nova sociedade e do novo cidadão fundamentais à emancipação dos próprios trabalhadores por meio da autogestão, colaboração, solidariedade e educação; e para o desenvolvimento econômico nos contextos paulistano e, por extensão, brasileiro.

Para aprofundamentos sobre a questão da moda e economia solidária no Brasil, consideramos fundamental ampliarmos o conhecimento de casos em diferentes regiões no País, para que em etapa ulterior possamos intervir construtivamente por meio da pesquisa na Universidade Pública, em prol da resistência e da luta para uma cadeia têxtil e de moda solidária brasileira e, por extensão, latino-americana.

REFERÊNCIAS¹⁴

- ANDRADA, C. F. **Trabalho e política no cotidiano da autogestão**: o caso da rede Justa Trama. 2013. 217 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA TÊXTIL [Website]. São Paulo, 2018. Imprensa. Perfil do setor. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- ANTI-SLAVERY INTERNATIONAL [Website]. Londres, [s.d]. What is Modern Slavery? Disponível em <<https://www.antislavery.org/slavery-today/modern-slavery/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BBC NEWS BRASIL [Website]. [S.l.], 2013. Desabamento em Bangladesh revela o lado obscuro da indústria de roupas. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130428_bangladesh_tragedia_lado_obscuro>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- BENTO, C. F. **Dinâmica da moda**: um estudo sobre a cadeia produtiva da moda. 2008. 78 f. Monografia (Graduação em Ciência Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BERLIM, L. **Moda e Sustentabilidade**: uma reflexão necessária. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é e o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BONSIEPE, G. **Design research now**. Basel: Birkhauser, 2007.
- BONSIEPE, G. **Design**: como prática de projeto. São Paulo: Blucher, 2012.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Palácio do Planalto**. Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Palácio do Planalto**. Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Palácio do Planalto**. Brasília, DF, 19 jul. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- CAMARGO, C.; FREIRE, K. Ativismo: um catalisador para a moda sustentável? In: COLÓQUIO DE MODA, 13., 2017, Bauru. **Anais...** Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2017. Disponível em <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202017/GT/gt_10/gt_10_ATIVISMO_UM_CATALISADOR_PARA.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
- CLARO, M. **Unilabor**: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo: Senac, 2004.

¹⁴ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 (2002).

COSTURA SOLIDÁRIA SP [Website]. São Paulo. [Realização da produção da Santa e Nuvem] [postagem 20 out. 2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CosturaSolidariaSP/photos/a.626784800808074/875600625926489/?type=3&theater>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

COSTURA SOLIDÁRIA SP [Website]. São Paulo. [Em Centro Público De Direitos Humanos e Economia Solidária.] [postagem 04 abr. 2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CosturaSolidariaSP/photos/a.626784800808074/770654436421109/?type=3&theater>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

COSTURA SOLIDÁRIA SP [Website]. [São Paulo], 2016. Disponível em: <<http://www.costurasolidarias.com.br/a-rede/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CRUZ, A. A rede Justa Trama: os fios e o tecido de uma cadeia produtiva na Economia Solidária. In: MORAIS, L; BORGES, A. (Orgs). **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Polis, 2010. p. 343- 384.

CRUZ-MOREIRA, J. R. Cooperativas populares de confecção do estado de São Paulo. In: CUNHA, G. C. et. Al. **Uma outra economia possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 195-228.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS [Website]. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DESIGN POSSÍVEL [Website]. [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <<http://www.designpossivel.org/sitedp/sobre/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA [Website]. **FBES**. Brasília, 2012. O FBES. Disponível em: <<http://fbes.org.br/o-fbes/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

FRANÇA, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análises & Dados**. Salvador, v.12, n.1, p. 9-19, 2002.

FUJITA, R. M. L. **Economia solidária na indústria têxtil e de confecção: influência dos atributos relativos ao mito fundador na moda brasileira**. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GAIGER, L. I. et. Al. (Coord). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GONÇALVES, W. A. **O marco jurídico da autogestão e economia solidária**. (Relatório final do convênio TEM/IPEA/ANPEC – 01/2003, Brasília: TEM, IPEA, ANPEC, 2005.

HADDAD, F. Hay que ser solidario pero sin perder la combatividad jamás. In: MELLO, S.L. et. Al (Org.). **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP,PW, 2005. p. 22-28.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Comércio Justo e Solidário**. Série Trocando Ideias, Caderno 1. Brasília, 2010.

INTERNATIONAL Institute for Industrial Environmental Economics (IIIEE). **The Future is distributed: a vision of sustainable economies**. Lund: IIIEE, 2009.

INTERNATIONAL Labour Organization. **Forced labour, modern slavery, and human trafficking**. ILO. Switzerland, 2016. Disponível em < <http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

JOHNSON, P. W. **Comércio Justo e Solidário**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 8).

KANAMARU, A. T. PAIXÃO, M. C. T. L. M. Indústria de moda global e comércio justo. In: COLÓQUIO DE MODA, 13., 2017, Bauru, **Anais...** Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2017. Disponível em: < http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202017/CO/co_8/co_8_INDUSTRIA_DE_MODAL_GLOBAAL.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

LUPATINI, M. P. **As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial**. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286805>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

METELLO, D. G. **Os benefícios das associações em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – cadeia solidária do algodão agroecológico**. 2007. 146 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

NEILL, J. **Analysis of professional literature**. Qualitative Research I. **Wilderness**. [S.l.], 2006. Disponível em: < <http://www.wilderness.com/OECourses/PROFLIT/Class6Qualitative1.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS [Website]. Brasília, [s.d.]. História do cooperativismo. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [Website]. Brasília, s.d. A ONU e o meio ambiente. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PAPANEK, V. **Design for the real world** - Human ecology and social change. Illinois: Academy Chicago Publishers, 1971.

PEOPLE TREE [Website]. Our Story. Disponível em: <<http://www.peopletree.co.uk/aboutus/>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

PIRES, D. B. **Design de Moda: olhares diversos**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO [Website]. São Bernardo do Campo, [s.d.]. Núcleo de Trabalho e Arte. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/nucleo-de-trabalho-e-arte-nutrarte>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

REZERA, D. N. **Gênero e trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980-2010**. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Boletim Informativo** – Edição Especial, Base de Dados do SIES. Brasília, [2013].

SEGATTO, N. (Coord.). **Conexão Solidária: diagnóstico de empreendimentos solidários**. São Paulo: Limiar, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS [Website]. [S.l], 2015. Fast fashion ganha destaque no varejo de moda. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fast-fashion-ganha-destaque-no-varejo-de-moda,ef695d27e8fdd410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 8. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA [Website]. Brasília, 2013. Atlas digital da economia solidária. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SISTEMA OCB. **Anuário do cooperativismo brasileiro. Somos Cooperativismo** [Brasília], 2019. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/assets/arquivos/Publicacoes/Anuario-2018.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

SOUZA, André Ricardo de; SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TANIGUTI, G. T. **Cotia: imigração, política e cultura**. 2015. 345 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-16072015-122819. Acesso em: 28 jul. 2019.

TEIXEIRA, P. et al. **Projeto de Lei nº 4685 de 2012**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. [S.l], 2012. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4F54E30C650644810207CF23BE2C3D1C.proposicoesWebExterno1?codteor=1037445&filename=PL+4685/2012>. Acesso em: 31 jul. 2019.

THE TRUE COST. Direção: Andrew Morgan. Produção: Michael Ross. Elenco: Vandana Shiva, Stella McCartney e outros. Roteiro: Andrew Morgan. [S.l]: Life is my Movie Entertainment; Untold Productions, 2015. Netflix (92 min.). Acesso em: 16 ago. 2001.

UNISOL BRASIL [Website]. São Paulo, 2017. Economia Solidária SP como estratégia de desenvolvimento – 1095 dias de inovação e mobilização na cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2018/02/ECOSOL_LIVRO-4.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2018.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development**. [S.l], 1978. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2017.